

Sumário

DIREITO CONSTITUCIONAL.....	47	
<i>Eduardo dos Santos</i>		
+ QUESTÕES.....	47	
1. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DO DIREITO CONSTITUCIONAL. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS. A CONSTITUIÇÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICO-EVOLUTIVA. CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO. ANTECEDENTES. NEOCONSTITUCIONALISMO. ESTADO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO. PODER CONSTITUINTE E MUDANÇA (REFORMA E MUTAÇÃO) CONSTITUCIONAL. EMENDAS À CONSTITUIÇÃO	47	
2. ESTRUTURA, CONTEÚDO E FUNÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES. O PREÂMBULO DAS CONSTITUIÇÕES E SUA FORÇA JURÍDICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS PERMANENTES E TRANSITÓRIAS	48	
3. TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL NO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO VIGENTE. EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS A NORMA CONSTITUCIONAL NO “TEMPO”. RELAÇÕES ENTRE A CONSTITUIÇÃO E A ORDEM JURÍDICA ANTERIOR. APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO ESPAÇO: AS RELAÇÕES COM O DIREITO ESTRANGEIRO E INTERNACIONAL	49	
4. INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIOS DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIO DA UNIDADE DA CONSTITUIÇÃO. O PRINCÍPIO DA “CONCORDÂNCIA PRÁTICA” OU DA “HARMONIZAÇÃO”. A CHAMADA “PONDERAÇÃO” NO CAMPO DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE COMO PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO. O PRINCÍPIO DA MÁXIMA EFICÁCIA E EFETIVIDADE DA CONSTITUIÇÃO. O PRINCÍPIO DA FORÇA		
NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO. PRINCÍPIO DA INTERPRETAÇÃO DAS LEIS CONFORME A CONSTITUIÇÃO. DIVISÃO E SEPARAÇÃO DE PODERES		49
5. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS. FUNÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E EFICÁCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. O PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO E A SOBERANIA POPULAR. O PRINCÍPIO DO PLURALISMO POLÍTICO. O PRINCÍPIO DO ESTADO DE DIREITO E SEUS SUBPRINCÍPIOS. O PRINCÍPIO REPUBLICANO. O PRINCÍPIO FEDERATIVO. O PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE		51
6. TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS: DISTINÇÕES E APROXIMAÇÕES. CLÁUSULA DE ABERTURA (EXPANSIVIDADE) DO CATÁLOGO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. TITULARIDADE DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. A DUPLA DIMENSÃO OBJETIVA E SUBJETIVA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS. LIMITES E RESTRIÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS		52
7. ACESSO À JUSTIÇA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. ISONOMIA. PRINCÍPIOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS PROCESSOS CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO E RESTRIÇÕES À PROVA. PROVA ILÍCITA E ILEGÍTIMA. CONTAMINAÇÃO DE VÍCIOS. ENCONTRO FORTUITO DE PROVAS. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E DE DADOS. PROVA EMPRESTADA. APROVEITAMENTO DA PROVA ILÍCITA E PROPORCIONALIDADE. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, PRISÃO EM FLAGRANTE, TEMPORÁRIA E PREVENTIVA. FLAGRANTE ESPERADO, PREPARADO E DIFERIDO. LIBERDADE PROVISÓRIA. MEDIDAS CAUTELARES		60

8. DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS. O “PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO”. A GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL. DIREITO À SAÚDE, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAIS. DIREITO À ALIMENTAÇÃO, MORADIA, EDUCAÇÃO E LAZER. O DIREITO AO TRABALHO. O DIREITO AO MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL E EQUILIBRADO. O DIREITO À PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, DA MATERNIDADE E DO IDOSO. O DIREITO À CULTURA E AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL. O DIREITO À PROTEÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS, DAS PESSOAS NEGRAS E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	60	GIONAIS FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS, TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO E JUÍZES DO TRABALHO, TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS E JUÍZES ELEITORAIS, TRIBUNAIS E JUÍZES MILITARES, TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E JUÍZES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. JUIZADOS ESPECIAIS. GARANTIAS E PRERROGATIVAS DOS MAGISTRADOS. O ESTATUTO DA MAGISTRATURA. ESTRUTURA E FORMAÇÃO DOS TRIBUNAIS. QUINTO CONSTITUCIONAL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PODER JUDICIÁRIO. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA. MINISTÉRIO PÚBLICO. DEFENSORIA PÚBLICA. ADVOCACIA PÚBLICA E PRIVADA....	92
9. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DA REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS. O ESTADO FEDERAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E SUA ESTRUTURAÇÃO (UNIÃO, ESTADOS-MEMBROS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS). FEDERALISMO. INTERVENÇÃO FEDERAL. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS (MATERIAIS) DOS ENTES FEDERATIVOS. ASPECTOS GERAIS, COMPETÊNCIAS COMUNS E EXCLUSIVAS (INDELEGÁVEIS). COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, COMUNS, CONCORRENTES E SUPLEMENTARES. COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS PRIVATIVAS DA UNIÃO E SUA DELEGAÇÃO	69	13. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS. ESTADO DE DEFESA E ESTADO DE SÍTIO. FORÇAS ARMADAS. SEGURANÇA PÚBLICA	102
10. PODER LEGISLATIVO. CONGRESSO NACIONAL: ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS. CÂMARA DOS DEPUTADOS E SENADO FEDERAL. PROCESSO LEGISLATIVO. INICIATIVA DAS LEIS. FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: NATUREZA E ATRIBUIÇÕES. CLÁUSULAS PÉTREAS. NATUREZA. ESPÉCIES.....	78	14. PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO E DA ORDEM ECONÔMICA. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. TRIBUTOS EM ESPÉCIE: NOÇÕES GERAIS. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA: CLASSIFICAÇÃO, EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA, ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA. ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS. REPARTIÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS	104
11. PODER EXECUTIVO. PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA: ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES. MINISTROS DE ESTADO. CONSELHO DA REPÚBLICA E DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIOS GERAIS. MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. PODER REGULAMENTAR. AGÊNCIAS REGULADORAS	86	15. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE (FORMAS E TIPOS). CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE: AÇÃO DIRETA DE CONSTITUCIONALIDADE, AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE, AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO, ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CONTROLE DIFUSO E INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE. EFEITOS DAS DECISÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE CONSTITUCIONALIDADE. MODULAÇÃO TEMPORAL DE EFEITOS. TÉCNICAS DE DECISÃO NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DOS DIREITOS ESTADUAL E MUNICIPAL	104
12. PODER JUDICIÁRIO. COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. TRIBUNAIS RE-		+ DICAS	113
		1. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DO DIREITO CONSTITUCIONAL. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS. A CONSTITUIÇÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICO-EVOLUTIVA. CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO. ANTECEDENTES. NEOCONSTITU-	

CIONALISMO. ESTADO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO. PODER CONSTITUINTE E MUDANÇA (REFORMA E MUTAÇÃO) CONSTITUCIONAL. EMENDAS À CONSTITUIÇÃO	113	TERIOR. APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO ESPAÇO: AS RELAÇÕES COM O DIREITO ESTRANGEIRO E INTERNACIONAL	121
1.1. CONSTITUIÇÃO.....	113	5.1. NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	121
1.2. ORIGENS.....	113	5.1.1. A CONCEPÇÃO DA NORMA JURÍDICA DE RONALD DWORKIN.....	122
1.3. CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES..	113	5.1.2. A CONCEPÇÃO DA NORMA JURÍDICA DE ROBERT ALEXY	122
2. CONSTITUCIONALISMO.....	114	5.1.3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE DIFERENCIAÇÃO ENTRE REGRAS E PRINCÍPIOS.....	123
2.1. CONSTITUCIONALISMO ANTIGO	114	6. CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	123
2.2. CONSTITUCIONALISMO MEDIEVAL	115	6.1. NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA PLENA.....	123
2.3. CONSTITUCIONALISMO MODERNO	115	6.2. NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA CONTIDA.....	123
2.4. NEOCONSTITUCIONALISMO OU CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO.....	115	6.3. NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA LIMITADA	123
3. PODER CONSTITUINTE.....	116	6.4. NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA EXAURIDA.....	124
3.1. ESPÉCIES.....	116	7. DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL	124
3.2. PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO.....	116	7.1. RECEPÇÃO.....	124
3.3. PODER CONSTITUINTE REFORMADOR..	116	7.2. REPRISTINAÇÃO	125
3.3.1. LIMITES EXPRESSOS AO PODER CONSTITUINTE REFORMADOR.....	117	7.3. DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO	125
3.3.2. LIMITES IMPLÍCITOS AO PODER CONSTITUINTE REFORMADOR.....	117	7.4. RECEPÇÃO MATERIAL DE NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	125
3.3.3. NORMAS CONSTITUCIONAIS INCONSTITUCIONAIS?.....	118	7.5. CONSTITUCIONALIDADE SUPERVENIENTE	125
3.4. PODER CONSTITUINTE REVISOR	118	8. INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIOS DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIO DA UNIDADE DA CONSTITUIÇÃO. O PRINCÍPIO DA “CONCORDÂNCIA PRÁTICA” OU DA “HARMONIZAÇÃO”. A CHAMADA “PONDERAÇÃO” NO CAMPO DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE COMO PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO. O PRINCÍPIO DA MÁXIMA EFICÁCIA E EFETIVIDADE DA CONSTITUIÇÃO. O PRINCÍPIO DA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO. PRINCÍPIO DA INTERPRETAÇÃO DAS LEIS CONFORME A CONSTITUIÇÃO. DIVISÃO E SEPARAÇÃO DE PODERES.....	126
3.5. PODER CONSTITUINTE DECORRENTE....	118	8.1. PRINCÍPIO DA UNIDADE DA CONSTITUIÇÃO.....	126
3.6. PODER CONSTITUINTE DIFUSO E MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL	119	8.2. O PRINCÍPIO DA “CONCORDÂNCIA PRÁTICA” OU DA “HARMONIZAÇÃO”	126
4. ESTRUTURA, CONTEÚDO E FUNÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES. O PREÂMBULO DAS CONSTITUIÇÕES E SUA FORÇA JURÍDICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS PERMANENTES E TRANSITÓRIAS	119		
4.1. CONTEÚDO DAS CONSTITUIÇÕES.....	119		
4.2. FUNÇÕES DAS CONSTITUIÇÕES.....	120		
4.3. ESTRUTURA DAS CONSTITUIÇÕES	120		
4.3.1. PREÂMBULO	120		
4.3.2. PARTE DOGMÁTICA	121		
4.3.3. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS ...	121		
5. TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL NO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO VIGENTE. EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS A NORMA CONSTITUCIONAL NO “TEMPO”. RELAÇÕES ENTRE A CONSTITUIÇÃO E A ORDEM JURÍDICA AN-			

8.3. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE COMO PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	126	10.3. O § 3º DO ART. 5º E A HIERARQUIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.....	134
8.4. O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO.....	127	10.4. APLICABILIDADE IMEDIATA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	134
8.5. O PRINCÍPIO DA MÁXIMA EFICÁCIA E EFETIVIDADE DA CONSTITUIÇÃO.....	127	10.5. EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	134
8.6. O PRINCÍPIO DA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO.....	127	10.6. TITULARES DOS DIREITO FUNDAMENTAIS.....	134
8.7. PRINCÍPIO DA INTERPRETAÇÃO DAS LEIS CONFORME A CONSTITUIÇÃO.....	127	10.6.1. A PESSOA HUMANA COMO TITULAR DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	134
8.8. DIVISÃO E SEPARAÇÃO DE PODERES.....	127	10.6.2. DIREITOS FUNDAMENTAIS DE PESSOAS JURÍDICAS?.....	135
9. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS. FUNÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E EFICÁCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. O PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO E A SOBERANIA POPULAR. O PRINCÍPIO DO PLURALISMO POLÍTICO. O PRINCÍPIO DO ESTADO DE DIREITO E SEUS SUBPRINCÍPIOS. O PRINCÍPIO REPUBLICANO. O PRINCÍPIO FEDERATIVO. O PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE.....	128	10.6.3. DIREITOS FUNDAMENTAIS DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO (DO ESTADO)?.....	135
9.1. FUNÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	128	10.6.4. DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS ANIMAIS?.....	135
9.1.1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	128	11. RESTRIÇÕES (OU LIMITAÇÕES) AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	136
9.2. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	129	11.1. FORMAS DE RESTRIÇÃO (OU LIMITAÇÃO).....	136
9.3. PRINCÍPIO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	130	11.2. LIMITES DOS LIMITES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	136
9.4. PRINCÍPIO DA SOBERANIA POPULAR.....	132	12. DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS.....	137
9.5. PRINCÍPIO DO PLURALISMO POLÍTICO.....	132	12.1. VIDA.....	137
9.6. PRINCÍPIO REPUBLICANO.....	132	12.2. INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA E VEDAÇÃO A TORTURA E AO TRATAMENTO DESUMANO.....	137
9.7. PRINCÍPIO FEDERATIVO.....	133	12.3. LIBERDADES.....	137
10. TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS: DISTINÇÕES E APROXIMAÇÕES. CLÁUSULA DE ABERTURA (EXPANSIVIDADE) DO CATÁLOGO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. TITULARIDADE DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. A DUPLA DIMENSÃO OBJETIVA E SUBJETIVA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS. LIMITES E RESTRIÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS.....	133	12.4. IGUALDADE.....	139
10.1. DELIMITAÇÃO CONCEITUAL.....	133	12.5. PRIVACIDADE.....	140
10.2. CLÁUSULA DE ABERTURA E DIREITOS FUNDAMENTAIS ATÍPICOS.....	134	12.6. PROPRIEDADE.....	141
		12.7. SEGURANÇA.....	142
		13. DIREITOS DE NACIONALIDADE.....	142
		13.1. ESPÉCIES DE NACIONALIDADE.....	143
		13.2. CRITÉRIOS PARA AQUISIÇÃO DA NACIONALIDADE PRIMÁRIA.....	143
		13.3. CRITÉRIOS PARA AQUISIÇÃO DA NACIONALIDADE SECUNDÁRIA.....	143
		13.4. BRASILEIRO NATO.....	143
		13.5. PORTUGUÊS EQUIPARADO (QUASE NACIONAL).....	144
		13.6. DISTINÇÕES ENTRE BRASILEIROS NATO E NATURALIZADO.....	144
		13.7. PERDA DA NACIONALIDADE.....	144
		14. DIREITOS POLÍTICOS.....	144
		14.1. DIREITOS POLÍTICOS POSITIVOS.....	144

14.1.1. DIREITO DE SUFRÁGIO	145	BRADO. O DIREITO À PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, DA MATERNIDADE E DO IDOSO. O DIREITO À CULTURA E AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL. O DIREITO À PROTEÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS, DAS PESSOAS NEGRAS E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	152
14.1.2. OVOTO: É UM DIREITO FUNDAMENTAL INDIVIDUAL E, AO MESMO TEMPO, UM DEVER FUNDAMENTAL AUTÔNOMO E EXPRESSO PARA OS MAIORES DE 18 ANOS E MENORES DE 70 ANOS.....	145	17.1. DIREITOS SOCIAIS E ORDEM SOCIAL.....	152
14.1.3. ALISTABILIDADE.....	145	17.2. MÍNIMO EXISTENCIAL.....	153
14.1.4. ELEGIBILIDADE	145	17.3. A RESERVA DO POSSÍVEL.....	153
14.1.5. PLEBISCITO E REFERENDO.....	145	17.4. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO SOCIAL.....	153
14.2. DIREITOS POLÍTICOS NEGATIVOS.....	145	17.5. DIREITOS SOCIAIS EM ESPÉCIE	153
14.2.1. INELEGIBILIDADES	146	17.6. ORDEM SOCIAL	153
14.2.2. PERDA DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	147	18. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DA REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS. O ESTADO FEDERAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E SUA ESTRUTURAÇÃO (UNIÃO, ESTADOS-MEMBROS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS). FEDERALISMO. INTERVENÇÃO FEDERAL. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS (MATERIAIS) DOS ENTES FEDERATIVOS. ASPECTOS GERAIS, COMPETÊNCIAS COMUNS E EXCLUSIVAS (INDELEGÁVEIS). COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, COMUNS, CONCORRENTES E SUPLEMENTARES. COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS PRIVATIVAS DA UNIÃO E SUA DELEGAÇÃO	156
14.2.3. SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS	147	18.1. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	156
14.3. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO.....	147	18.2. FORMA DE ESTADO.....	156
14.4. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE OU DA ANUALIDADE ELEITORAL.....	147	18.3. ESPÉCIES DE FEDERALISMO.....	157
14.5. PARTIDOS POLÍTICOS.....	147	18.4. O FEDERALISMO BRASILEIRO.....	157
15. REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....	148	18.5. FORMAÇÃO DE NOVOS ESTADOS E NOVOS MUNICÍPIOS.....	158
15.1. <i>HABEAS CORPUS</i>	148	18.6. BENS.....	158
15.2. <i>HABEAS DATA</i>	149	18.7. VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS AOS ENTES FEDERADOS.....	159
15.3. MANDADO DE SEGURANÇA	149	18.8. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	159
15.4. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	150	18.9. INTERVENÇÃO.....	160
15.5. MANDADO DE INJUNÇÃO	150	18.9.1. ESPÉCIES DE INTERVENÇÃO	160
15.6. AÇÃO POPULAR	151	18.9.2. INTERVENÇÃO FEDERAL NOS ESTADOS.....	160
16. ACESSO À JUSTIÇA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. ISONOMIA. PRINCÍPIOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS PROCESSOS CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO E RESTRIÇÕES À PROVA. PROVA ILÍCITA E ILEGÍTIMA. CONTAMINAÇÃO DE VÍCIOS. ENCONTRO FORTUITO DE PROVAS. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E DE DADOS. PROVA EMPRESTADA. APROVEITAMENTO DA PROVA ILÍCITA E PROPORCIONALIDADE. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, PRISÃO EM FLAGRANTE, TEMPORÁRIA E PREVENTIVA. FLAGRANTE ESPERADO, PREPARADO E DIFERIDO. LIBERDADE PROVISÓRIAS. MEDIDAS CAUTELARES	152	18.9.3. PROCESSOS FORMAIS PARA A DECRETAÇÃO DA INTERVENÇÃO	161
17. DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS. O “PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO”. A GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL. DIREITO À SAÚDE, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAIS. DIREITO À ALIMENTAÇÃO, MORADIA, EDUCAÇÃO E LAZER. O DIREITO AO TRABALHO. O DIREITO AO MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL E EQUILI-		18.9.4. DECRETAÇÃO DA INTERVENÇÃO E CONTROLE	161
		18.9.5. INTERVENÇÃO NOS MUNICÍPIOS.....	162

19. PODER LEGISLATIVO. CONGRESSO NACIONAL: ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS. CÂMARA DOS DEPUTADOS E SENADO FEDERAL. PROCESSO LEGISLATIVO. INICIATIVA DAS LEIS. FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: NATUREZA E ATRIBUIÇÕES. CLÁUSULAS PÉTREAS. NATUREZA. ESPÉCIES.....	163	19.17.8. PROCESSO LEGISLATIVO DOS DECRETOS LEGISLATIVOS	173
19.1. PODER LEGISLATIVO	163	19.17.9. PROCESSO LEGISLATIVO DAS RESOLUÇÕES.....	173
19.2. COMPOSIÇÃO DAS CASAS LEGISLATIVAS.....	164	20. PODER EXECUTIVO. PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA: ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES. MINISTROS DE ESTADO. CONSELHO DA REPÚBLICA E DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIOS GERAIS. MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. PODER REGULAMENTAR. AGÊNCIAS REGULADORAS.....	174
19.3. FUNCIONAMENTO DO PODER LEGISLATIVO.....	164	20.1. PODER EXECUTIVO	174
19.4. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO.....	164	20.2. PRESIDENCIALISMO	174
19.5. IMUNIDADE MATERIAL.....	165	20.3. PRESIDENTE DA REPÚBLICA	174
19.6. IMUNIDADE FORMAL EM RELAÇÃO À PRISÃO.....	165	20.4. CONSELHOS DA REPÚBLICA E DA DEFESA	175
19.7. IMUNIDADE FORMAL EM RELAÇÃO AO PROCESSO.....	165	20.5. GOVERNADORES DE ESTADO E DO DF..	175
19.8. IMUNIDADE TESTEMUNHAL	165	20.6. PREFEITOS MUNICIPAIS.....	175
19.9. IMUNIDADES DOS DEMAIS MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO	165	20.7. IMUNIDADES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	175
19.10. FORO POR PRERROGATIVA.....	166	20.8. IMUNIDADES DOS GOVERNADORES E PREFEITOS.....	176
19.11. INCOMPATIBILIDADES	166	20.9. CRIMES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	176
19.12. PERDA DE MANDATO.....	166	20.10. CRIMES DOS GOVERNADORES E DOS PREFEITOS	176
19.13. FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.....	167	20.11. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PRINCÍPIOS GERAIS.....	177
19.14. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	167	21. PODER JUDICIÁRIO. COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS, TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO E JUÍZES DO TRABALHO, TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS E JUÍZES ELEITORAIS, TRIBUNAIS E JUÍZES MILITARES, TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E JUÍZES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. JUIZADOS ESPECIAIS. GARANTIAS E PRERROGATIVAS DOS MAGISTRADOS. O ESTATUTO DA MAGISTRATURA. ESTRUTURA E FORMAÇÃO DOS TRIBUNAIS. QUINTO CONSTITUCIONAL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PODER JUDICIÁRIO. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA. MINISTÉRIO PÚBLICO. DEFENSORIA PÚBLICA. ADVOCACIA PÚBLICA E PRIVADA....	177
19.15. TRIBUNAIS DE CONTAS DOS ESTADOS E DO DF	167		
19.16. FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS.....	168		
19.17. PROCESSO LEGISLATIVO	168		
19.17.1. CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO.....	168		
19.17.2. FASES DO PROCESSO LEGISLATIVO.....	168		
19.17.3. PROCESSO LEGISLATIVO ORDINÁRIO (LEIS ORDINÁRIAS).....	168		
19.17.4. PROCESSO LEGISLATIVO SUMÁRIO: REGIME CONSTITUCIONAL DE URGÊNCIA.....	170		
19.17.5. PROCESSO LEGISLATIVO DAS LEIS COMPLEMENTARES....	170		
19.17.6. PROCESSO LEGISLATIVO DAS LEIS DELEGADAS.....	171		
19.17.7. PROCESSO LEGISLATIVO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS....	171		

21.1. PODER JUDICIÁRIO.....	177	NALIDADE. EFEITOS DAS DECISÕES DE IN-	
21.2. QUINTO CONSTITUCIONAL	177	CONSTITUCIONALIDADE E DE CONSTITU-	
21.3. GARANTIAS DO PODER JUDICIÁRIO.....	178	CIONALIDADE. MODULAÇÃO TEMPORAL	
21.4. VEDAÇÕES AOS MAGISTRADOS.....	178	DE EFEITOS. TÉCNICAS DE DECISÃO NO	
21.5. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	178	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.	
21.6. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	178	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	184
21.7. SÚMULA VINCULANTE	179	24.1. CONTROLE DE CONSTITUCIONALI-	184
21.8. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	179	DADE.....	
21.9. JUSTIÇA DO TRABALHO.....	179	24.2. PRESSUPOSTOS DO CONTROLE DE	184
21.10. JUSTIÇA ELEITORAL	179	CONSTITUCIONALIDADE.....	
21.11. JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	180	24.3. ESPÉCIES DE INCONSTITUCIONALI-	185
21.12. JUSTIÇA FEDERAL.....	180	DADE.....	
21.13. JUSTIÇA ESTADUAL	180	24.4. CLASSIFICAÇÃO DO CONTROLE DE	186
21.14. JUIZADOS ESPECIAIS	181	CONSTITUCIONALIDADE.....	
21.15. MINISTÉRIO PÚBLICO.....	181	24.5. CONTROLE DIFUSO DE CONSTITU-	187
21.16. ADVOCACIA	181	CIONALIDADE.....	
21.17. ADVOCACIA PÚBLICA	181	24.6. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIO-	188
21.18. DEFENSORIA PÚBLICA.....	181	NALIDADE.....	
22. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES		24.7. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTI-	189
DEMOCRÁTICAS. ESTADO DE DEFESA E		TUCIONALIDADE	
ESTADO DE SÍTIO. FORÇAS ARMADAS. SE-		24.8. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIO-	189
GURANÇA PÚBLICA.....	182	NALIDADE POR OMISSÃO	
22.1. ESTADO DE DEFESA.....	182	24.9. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO	190
22.2. ESTADO DE SÍTIO	182	DE PRECEITO FUNDAMENTAL	
22.3. FORÇAS ARMADAS.....	183	24.10. CONTROLE ESTADUAL DE CONSTI-	190
22.3.1. SERVIÇO MILITAR OBRIGA-		TUCIONALIDADE	
TÓRIO	183	24.11. TÉCNICAS DE DECISÃO NO CON-	191
22.4. SEGURANÇA PÚBLICA	184	TROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	
22.4.1. ÓRGÃOS DE SEGURANÇA		24.11.1. INTERPRETAÇÃO CONFOR-	191
PÚBLICA	184	ME A CONSTITUIÇÃO	
23. PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO E DA		24.11.2. DECLARAÇÃO DE INCONS-	191
ORDEM ECONÔMICA. SISTEMA TRIBUTÁ-		TITUCIONALIDADE PAR-	
RIO NACIONAL. TRIBUTOS EM ESPÉCIE:		CIAL SEM REDUÇÃO DE TEXTO	
NOÇÕES GERAIS. COMPETÊNCIA TRIBU-		24.11.3. DECLARAÇÃO DE INCONS-	191
TÁRIA: CLASSIFICAÇÃO, EXERCÍCIO DA		TITUCIONALIDADE SEM	
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. CAPACIDADE		PRONÚNCIA DE NULIDADE.....	
TRIBUTÁRIA. LIMITAÇÕES CONSTITUCIO-		24.11.4. DECLARAÇÃO DE CONS-	191
NAIS AO PODER DE TRIBUTAR. IMUNIDA-		TITUCIONALIDADE DE LEI	
DE TRIBUTÁRIA, ISENÇÃO E NÃO INCIDÊN-		"AINDA" CONSTITUCIONAL	
CIA. ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS.		(INCONSTITUCIONALIDA-	191
REPARTIÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS	184	DE PROGRESSIVA)	
24. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE		24.11.5. SENTENÇAS INTERMEDIÁRIAS.	191
(FORMAS E TIPOS). CONTROLE CONCEN-		REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	191
TRADO DE CONSTITUCIONALIDADE:			
AÇÃO DIRETA DE CONSTITUCIONALIDA-		PROCESSO PENAL CONSTITUCIONAL.....	193
DE, AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTI-		<i>Júlio César Craveiro Deveschi</i>	
TUCIONALIDADE, AÇÃO DIRETA DE IN-			
CONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO,		+ QUESTÕES	193
ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE		1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCES-	193
PRECEITO FUNDAMENTAL. CONTROLE		SO PENAL.....	
DIFUSO E INCIDENTAL DE CONSTITUCIO-			

2. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL EM MATÉRIA PENAL.....	196	2. CONTROLE JUDICIAL DA INVESTIGAÇÃO.....	232
3. PROVAS NO PROCESSO PENAL.....	197	V. NORMAS CONSTITUCIONAIS RELATIVAS À COMPETÊNCIA CRIMINAL.....	234
4. LEI DE INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS (LEI Nº 9.296/1996).....	205	1. ASPECTOS CONCEITUAIS.....	234
5. PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS...	206	2. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA.....	235
★ DICAS.....	213	3. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA PESSOA (FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO).....	235
I. PRINCÍPIOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO PENAL.....	213	3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	235
1. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.....	213	3.2. SENTIDO E ALCANCE DO FORO POR PRERROGATIVA NA VISÃO DO STF.....	236
2. DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	215	3.3. O NOVO ENTENDIMENTO DO STF EM 2024/2025.....	238
3. CONTRADITÓRIO.....	215	3.4. CRIMES PRATICADOS POR INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO OU DO MINISTÉRIO PÚBLICO NÃO RELACIONADOS COM A FUNÇÃO.....	238
4. AMPLA DEFESA.....	216	3.5. PRORROGAÇÃO DO FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO EM CASO DE SUCESSÃO DE MANDATOS.....	239
5. PRINCÍPIO DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO (NEMO TENETUR SE DETEGERE).....	216	3.6. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO PREVISTO FORA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	240
6. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA NA FASE INVESTIGATÓRIA.....	217	3.7. FORO POR PRERROGATIVA PARA AUTORIDADES MUNICIPAIS.....	241
7. APLICAÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE Nº 14 DO STF.....	219	3.8. COAUTORIA COM PESSOAS SEM FORO POR PRERROGATIVA.....	242
8. DIREITO À REVELAÇÃO (RIGHT TO DISCLOSURE)/“REGRAS DE BRADY” (BRADY RULES)....	220	3.9. PRERROGATIVA NÃO EXTENSÍVEL A AÇÕES POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	242
9. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL.....	221	4. COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA MILITAR.....	242
10. PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL.....	221	4.1. JUSTIÇA MILITAR DOS ESTADOS E JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO: A JUSTIÇA MILITAR SE SUBDIVIDE EM JUSTIÇA MILITAR DOS ESTADOS E DA UNIÃO. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ASSIM DEFINE A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR.....	242
11. PRINCÍPIO DO DEFENSOR NATURAL.....	221	4.2. CRIMES MILITARES PRÓPRIOS E IMPRÓPRIOS.....	243
12. SOBERANIA DOS VEREDICTOS.....	222	4.3. AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE CRIME MILITAR PELA LEI Nº 13.491/2017.....	244
II. SISTEMA ACUSATÓRIO E SISTEMA INQUISITÓRIO.....	223	4.4. “CRIME MILITAR” NÃO É SINÔNIMO DE CRIME PRATICADO “POR MILITAR”....	245
1. ASPECTOS CONCEITUAIS.....	223	4.5. CRIMES PRATICADOS POR MILITARES EM “OPERAÇÕES GLO”.....	246
2. DESDOBRAMENTOS PRÁTICOS DO SISTEMA ACUSATÓRIO NA JURISPRUDÊNCIA.....	224	4.6. CRIMES MILITARES PRATICADOS POR MILITARES INATIVOS OU CIVIS.....	246
2.1. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO PELA REJEIÇÃO DA DENÚNCIA.....	224	4.7. HOMICÍDIOS PRATICADOS POR MILITARES CONTRA CIVIS.....	248
2.2. PEDIDO ABSOLUTÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO APÓS A INSTRUÇÃO PROCESSUAL E SENTENÇA CONDENATÓRIA.....	225	4.8. APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.491/2017 NO TEMPO.....	249
2.3. AUSÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA AUDIÊNCIA E INQUIRição DE TESTEMUNHAS PELO JUIZ.....	225		
2.4. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO.....	227		
2.5. DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA DE OFÍCIO.....	227		
III. JUIZ DAS GARANTIAS.....	228		
IV. PODERES INVESTIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	231		
1. CONSTITUCIONALIDADE DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CONDUZIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	231		

5. COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA ELEITORAL	249	1.3. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO OU PERSUAÇÃO RACIONAL	262
5.1. COMPETÊNCIA PARA JULGAR CRIMES ELEITORAIS	249	2. ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO PENAL	263
5.2. COMPETÊNCIA PARA JULGAR CRIMES CONEXOS AOS ELEITORAIS	250	3. INICIATIVA PROBATÓRIA DO JUIZ	264
5.3. CONEXÃO ENTRE CRIMES ELEITORAIS E FEDERAIS	250	4. PROVAS E INDÍCIOS	265
6. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL	252	4.1. PROVA DIRETA, PROVA INDIRETA E INDÍCIOS	265
6.1. MATÉRIAS EXCLUÍDAS DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL	252	4.2. EXAME DE CORPO DE DELITO DIRETO E INDIRETO	265
6.2. COMPETÊNCIA CÍVEL E CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL	253	4.3. TESTEMUNHO INDIRETO OU DE OUVIR DIZER (<i>HEARSAY TESTIMONY</i>)	267
6.3. BENS, SERVIÇOS OU INTERESSES FEDERAIS (ART. 109, IV, CF)	253	5. CADEIA DE CUSTÓDIA	267
6.4. CRIMES TRANSNACIONAIS PREVISTOS EM TRATADO OU CONVENÇÃO (ART. 109, V, CF)	254	6. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS URGENTES (ART. 366 DO CPP)	268
6.5. CRIMES PRATICADOS PELA INTERNET E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL ...	254	7. PROVAS ILEGAIS	270
6.6. INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA (ART. 109, V-A, CF)	255	7.1. PROVAS ILÍCITAS E PROVAS ILEGÍTIMAS	270
6.7. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, SISTEMA FINANCEIRO E ORDEM ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 109, VI, CF)	256	7.2. REGRA DE EXCLUSÃO DAS PROVAS ILÍCITAS	271
6.7.1. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	256	7.3. DESCONTAMINAÇÃO DO JULGADO	271
6.7.2. CRIMES ENVOLVENDO O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E A ORDEM ECONÔMICO-FINANCEIRA	257	7.4. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DAS PROVAS ILEGÍTIMAS	272
6.8. CRIMES COMETIDOS A BORDO DE NAVIOS OU AERONAVES (ART. 109, IX, CF)	258	7.5. "NULIDADE DE ALGIBEIRA"	272
6.8.1. PREVISÃO CONSTITUCIONAL ...	258	7.6. A QUESTÃO DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS	272
6.8.2. APENAS CRIMES, NÃO CONTRAVENÇÕES	258	7.7. A PROVA ILÍCITA POR DERIVAÇÃO (TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA)	273
6.8.3. AERONAVES	258	7.8. LIMITES À EXCLUSÃO DA PROVA ILÍCITA POR DERIVAÇÃO	273
6.8.4. NAVIOS	259	7.8.1. TEORIA DA FONTE INDEPENDENTE (<i>INDEPENDENT SOURCE DOCTRINE</i>)	273
6.9. INGRESSO OU PERMANÊNCIA IRREGULAR DE ESTRANGEIRO EXPULSO (ART. 109, X, CF)	259	7.8.2. LIMITAÇÃO DA MANCHA PURGADA (<i>PURGED TAINT</i>)	274
6.10. CRIMES ENVOLVENDO DISPUTA DE DIREITOS INDÍGENAS (ART. 109, XI, CF) ..	260	7.8.3. EXCEÇÃO DA BOA-FÉ	274
VI. NORMAS CONSTITUCIONAIS RELATIVAS ÀS PROVAS NO PROCESSO PENAL	261	7.8.4. LIMITAÇÃO DA RENÚNCIA DO INTERESSADO	275
1. SISTEMAS DE APRECIÇÃO DA PROVA	261	8. PROVA EMPRESTADA	277
1.1. CERTEZA JUDICIAL OU ÍNTIMA CONVICÇÃO	261	9. ENCONTRO FORTUITO DE PROVAS	278
1.2. SISTEMA DA CERTEZA LEGISLATIVA OU PROVA TARIFADA	261	10. PROVAS E RESERVA DE JURISDIÇÃO	280
		10.1. DADOS TELEFÔNICOS, INFORMAÇÕES CADASTRAIS E COMUNICAÇÕES PRIVADAS ARMAZENADAS EM DISPOSITIVOS INFORMÁTICOS	280
		10.2. ACESSO AO CONTEÚDO DE COMUNICAÇÕES EM DISPOSITIVOS INFORMÁTICOS	282
		10.3. DESNECESSIDADE DOS INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO INTER-	

NACIONAL PARA A OBTENÇÃO DE DADOS ARMAZENADOS NO EXTERIOR	284	2. PRISÃO PREVENTIVA	304
10.4. GEOLOCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO EM TEMPO REAL (<i>GEOFENCING</i>)	285	2.1. EXCEPCIONALIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA	304
10.4.1. GEOLOCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO A DELITO JÁ PRATICADO	285	2.2. LEGITIMIDADE E IMPOSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DE OFÍCIO	304
10.4.2. ACOMPANHAMENTO EM TEMPO REAL E LOCALIZAÇÃO DE SUSPEITOS DE DELITO EM CURSO (ART. 13-B DO CPP)	286	2.3. PRESSUPOSTOS CAUTELARES PARA A DECRETAÇÃO DA MEDIDA.....	306
10.5. SIGILO FINANCEIRO E FISCAL	287	2.4. CONTEMPORANEIDADE DO <i>PERICULUM LIBERTATIS</i>	306
10.6. COMPARTILHAMENTO DE DADOS SIGILOSOS ENTRE A RECEITA FEDERAL, O COAF E OS ÓRGÃOS DE PERSECUÇÃO PENAL	288	2.5. REQUISITOS OBJETIVOS PARA A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.....	307
11. PRINCIPAIS ENTENDIMENTOS JURISPRUDENCIAIS ENVOLVENDO INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS (LEI Nº 9.296/1996)	291	2.6. REVISÃO NONAGESIMAL DA PRISÃO PREVENTIVA	307
11.1. ASPECTOS CONCEITUAIS	291	3. PRISÃO TEMPORÁRIA.....	308
11.2. REQUISITOS PARA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA.....	291	4. LIBERDADE PROVISÓRIA	309
11.3. JUÍZO COMPETENTE PARA O DEFERIMENTO DA MEDIDA E JUÍZO APARENTE	292	4.1. ASPECTOS CONCEITUAIS	309
11.4. DEFERIMENTO E PRORROGAÇÃO	292	4.2. LIBERDADE PROVISÓRIA COM FIANÇA	309
11.5. FUNDAMENTAÇÃO <i>PER RELATIONEM</i>	293	4.3. LIBERDADE PROVISÓRIA SEM FIANÇA	310
12. CAPTAÇÃO AMBIENTAL	293	4.4. AUTORIDADE COMPETENTE	310
12.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	293	4.5. CRIMES INAFIANÇÁVEIS E VEDAÇÃO À LIBERDADE PROVISÓRIA.....	311
12.2. CAPTAÇÃO EM LOCAL PÚBLICO OU ABERTO AO PÚBLICO	293	5. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO.....	312
12.3. CAPTAÇÃO EM LOCAL PRIVADO	294	5.1. ALTERNATIVAS MENOS GRAVOSAS À PRISÃO PREVENTIVA	312
12.4. PRAZO DA CAPTAÇÃO.....	294	5.2. NECESSIDADE E ADEQUAÇÃO	312
12.5. GRAVAÇÃO REALIZADA PELO PRÓPRIO INTERLOCUTOR	294	5.3. IMPOSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DE OFÍCIO	313
12.6. GRAVAÇÃO DE CONVERSAS NO ÂMBITO ELEITORAL	295	5.4. PROVISORIEDADE.....	313
VII. PRISÕES	295	5.5. CUMULATIVIDADE E DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS.....	313
1. PRISÃO EM FLAGRANTE.....	295	5.6. CONTRADITÓRIO PRÉVIO.....	314
1.1. FLAGRANTE FACULTATIVO E OBRIGATÓRIO.....	295	5.7. CAUTELARES EM ESPÉCIE	314
1.2. POSSIBILIDADE DE APREENSÃO DE OBJETOS.....	296	DIREITO TRIBUTÁRIO CONSTITUCIONAL 317	
1.3. ESPÉCIES DE FLAGRANTE.....	296	Charles Giacomini	
1.4. FLAGRANTE EM CRIME PERMANENTE ...	297	+ QUESTÕES	317
1.5. BUSCA PESSOAL E VEICULAR	299	1. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	317
1.6. ATUAÇÃO DAS GUARDAS MUNICIPAIS..	301	2. REPARTIÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS	323
1.7. FLAGRANTE ESPERADO, POSTERGADO, PREPARADO E FORJADO	302	+ DICAS	326
		1. PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO.....	326
		2. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	332
		3. TRIBUTOS EM ESPÉCIE – NOÇÕES GERAIS	333
		4. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA: CLASSIFICAÇÃO, EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA.....	336

5. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR	340
6. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA, ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA.....	343
7. REPARTIÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS	345

DIREITO ADMINISTRATIVO 349

Júlio César Souza dos Santos

+ QUESTÕES 349

1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E INOVAÇÕES NA LINDB.....	349
2. A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	351
3. ATOS ADMINISTRATIVOS.....	357
4. REGULAMENTO ADMINISTRATIVO.....	358
5. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	358
6. LICITAÇÕES.....	361
7. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	371
8. PODER DE POLÍCIA	373
9. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	375
10. SERVIÇO PÚBLICO	384
11. AGENTES PÚBLICOS	385
12. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	400
13. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO NAS RELAÇÕES ADMINISTRATIVAS	407

Rafael Martins Costa Moreira

14. REGULAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL.....	409
15. CONTROLE DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	410
16. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	413
17. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.....	420
18. BENS PÚBLICOS	421

+ DICAS 423

1. A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	423
2. ATOS ADMINISTRATIVOS.....	427
3. REGULAMENTO ADMINISTRATIVO.....	433
4. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	435
5. LICITAÇÕES.....	438
6. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	446
7. PODER DE POLÍCIA	452
8. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	455
9. SERVIÇOS PÚBLICOS	464
10. AGENTES PÚBLICOS	470

11. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	479
12. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO NAS RELAÇÕES ADMINISTRATIVAS	484
13. REGULAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL.....	485
13.1. CONCEITO E IDENTIFICAÇÃO. O MODELO DE ESTADO-REGULADOR.....	485
13.2. AS AGÊNCIAS REGULADORAS: CONCEITUAÇÃO E CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS	486
13.3. A COMPETÊNCIA NORMATIVA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS	487
13.4. A LEI DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS (LEI FEDERAL N. 13.848/2019)	488
13.4.1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	488
13.4.2. PROCESSO DECISÓRIO.....	488
13.4.3. PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONTROLE SOCIAL	489
13.4.4. OUVIDORIA	489
13.4.5. ARTICULAÇÕES E INTERAÇÕES DAS AGÊNCIAS REGULADORAS.....	490
13.4.6. CONTROLE JUDICIAL DAS DECISÕES DAS AGÊNCIAS REGULADORAS.....	491
14. CONTROLE DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	491
14.1. CONCEITUAÇÃO E ESPÉCIES	491
14.2. CONTROLE INTERNO E SUAS CARACTERÍSTICAS	492
14.3. CONTROLE EXTERNO PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS. A DISCIPLINA DOS ARTS. 70 E 71 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS DO TRIBUNAL DE CONTAS. A NATUREZA DOS ATOS DE CONTROLE DOS TRIBUNAIS DE CONTAS.....	493
14.4. CONTROLE EXTERNO PELO PODER JUDICIÁRIO. CONTROLE PELO PODER JUDICIÁRIO E A SEPARAÇÃO DE PODERES. LIMITES DO CONTROLE JURISDICIONAL DE ATOS ADMINISTRATIVOS	494
14.5. CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS	496
15. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	498
15.1. CONCEITUAÇÃO E HIPÓTESES LEGAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AS ALTERAÇÕES DA LEI N. 14.230/2021 QUANTO ÀS HIPÓTESES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	498

15.2. A AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA INTRODUZIDA PELA LEI N. 14.230/2021	502	2.2. TEORIA DO CONFLITO E OS MECANISMOS AUTOCOMPOSITIVOS. TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO E MEDIAÇÃO. PROCEDIMENTOS, POSTURAS, CONDUTAS E MECANISMOS PARA OBTER A SOLUÇÃO CONCILIADA.....	521
15.3. A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO RELATIVA À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PRAZOS E REGIMES	508	3. ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL.....	521
16. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.....	509	3.1. REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL: CARREIRAS, INGRESSO, PROMOÇÕES, REMOÇÕES.....	521
16.1. INTRODUÇÃO.....	509	3.2. DIREITOS E DEVERES FUNCIONAIS.....	525
16.2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	509	3.3. CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL E PRINCÍPIOS DE BANGALORE.....	525
16.3. REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	510	3.4. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL DOS MAGISTRADOS	526
16.4. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS.....	510	Paulo César Rodrigues	
16.5. TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS	511	4. FILOSOFIA DO DIREITO	527
16.6. DIREITOS DO TITULAR	511	4.1. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO. UTILITARISMO E KANTISMO. DIREITO E JUSTIÇA	527
16.7. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO	511	4.2. SISTEMA BRASILEIRO DOS PRECEDENTES	528
16.8. FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	512	5. TEORIA GERAL DO DIREITO	529
16.9. AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.....	513	5.1. EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO	530
16.10. CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	514	Anderson Paiva e Fábio Porto	
17. LIMITES DA INTERVENÇÃO ESTATAL NA LIBERDADE ECONÔMICA (LEI N. 13.874/2019)...	514	6. DIREITO DIGITAL	530
17.1. INTRODUÇÃO.....	514	7. DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO	538
17.2. DISPOSIÇÕES GERAIS	514	+ DICAS	540
17.3. DECLARAÇÃO DE DIREITOS DE LIBERDADE ECONÔMICA	514	1. SOCIOLOGIA DO DIREITO.....	540
17.4. GARANTIAS DE LIVRE INICIATIVA.....	516	1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO PARA AS DISCIPLINAS DE SOCIOLOGIA DO DIREITO E PSICOLOGIA JUDICIÁRIA (APLICÁVEL TAMBÉM PARA A FILOSOFIA DO DIREITO)	540
17.5. ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO....	516	1.2. INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA DO DIREITO.....	541
NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E HUMANÍSTICA.....	517	1.3. SOCIOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA. ASPECTOS GERENCIAIS DA ATIVIDADE JUDICIÁRIA. GESTÃO. GESTÃO DE PESSOAS.....	545
Charles Giacomini		1.4. RELAÇÕES SOCIAIS E RELAÇÕES JURÍDICAS. CONTROLE SOCIAL. TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	552
+ QUESTÕES	517	1.5. DIREITO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E OPINIÃO PÚBLICA	556
1. SOCIOLOGIA DO DIREITO.....	517	1.6. CONFLITOS SOCIAIS E MECANISMOS DE RESOLUÇÃO. SISTEMAS	
1.1. INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA. ASPECTOS GERENCIAIS DA ATIVIDADE	517		
1.2. RELAÇÕES SOCIAIS E RELAÇÕES JURÍDICAS. CONTROLE SOCIAL E O DIREITO. TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E DIREITO	519		
2. PSICOLOGIA JUDICIÁRIA	520		
2.1. PROBLEMAS ATUAIS DA PSICOLOGIA COM REFLEXOS NO DIREITO: ASSÉDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL	520		

NÃO JUDICIAIS DE COMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS	559	4.5.1. SANTO AGOSTINHO	623
2. PSICOLOGIA JUDICIÁRIA	561	4.5.2. SÃO TOMÁS DE AQUINO	624
2.1. INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA JUDICIÁRIA	561	4.5.3. GUILHERME DE OCKHAM	624
2.2. PSICOLOGIA E COMUNICAÇÃO	564	4.6. A MODERNIDADE	625
2.3. PROBLEMAS ATUAIS DA PSICOLOGIA COM REFLEXOS NO DIREITO: ASSÉDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL	571	4.6.1. FRANCISCO DE VITÓRIA	625
2.4. TEORIA DO CONFLITO E OS MECANISMOS AUTOCOMPOSITIVOS. TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO E MEDIAÇÃO. PROCEDIMENTOS, POSTURAS, CONDUTAS E MECANISMOS PARA OBTER A SOLUÇÃO CONCILIADA	575	4.6.2. HUGO GRÓCIO	625
2.5. O PROCESSO PSICOLÓGICO E A OBTENÇÃO DA VERDADE JUDICIAL. O COMPORTAMENTO DE PARTES E TESTEMUNHAS	577	4.6.3. SAMUEL PUFENDORF	625
3. ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL	580	4.6.4. CHRISTIAN THOMASIU	626
3.1. INTRODUÇÃO AO ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL	580	4.6.5. O CONTRATO SOCIAL: HOBES, LOCKE E ROUSSEAU	626
3.2. REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL: CARREIRAS, INGRESSO, PROMOÇÕES, REMOÇÕES	581	4.6.6. MONTESQUIEU	627
3.3. DIREITOS E DEVERES FUNCIONAIS	588	4.7. O SÉC. XVIII E AS REVOLUÇÕES LIBERAIS	627
3.4. CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL, PRINCÍPIOS DE BANGALORE E CÓDIGO IBERO-AMERICANO DE ÉTICA JUDICIAL	593	4.7.1. IMMANUEL KANT	628
3.5. SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DO PODER JUDICIÁRIO: CORREGEDORIAS, OUVIDORIAS, CONSELHOS SUPERIORES E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	603	4.7.2. JEREMY BENTHAM	629
3.6. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL DOS MAGISTRADOS	606	4.7.3. FRIEDRICH CARL VON SAVIGNY	629
3.7. ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	614	4.7.4. RUDOLF VON IHERING	629
4. FILOSOFIA DO DIREITO	615	4.8. PÓS-MODERNIDADE	629
4.1. INTRODUÇÃO	615	4.8.1. HANS KELSEN E O POSITIVISMO JURÍDICO	629
4.2. LINHA DO TEMPO	618	4.8.2. HART	631
4.3. JUSTIÇA E DIREITO	621	4.8.3. PÓS-POSITIVISMO. NEO-CONSTITUCIONALISMO	631
4.4. ANTIGUIDADE	621	4.9. PRINCIPAIS TEÓRICOS PÓS-POSITIVISTAS	632
4.4.1. GREGOS E A JUSTIÇA	621	4.9.1. GUSTAV RADBUCH	632
4.4.2. O QUE É A JUSTIÇA? A JUSTIÇA PARA ARISTÓTELES	622	4.9.2. ROBERT ALEXY	632
4.4.3. OS ROMANOS	622	4.9.3. RONALD DWORKIN	633
4.5. OS MEDIEVAIS	623	4.9.4. JOHN RAWLS	634
		4.9.5. JOHN HART ELY	635
		4.9.6. OS ALEMÃES	636
		4.10. COTEJO ENTRE AS IDEIAS DOS PENSADORES PÓS-POSITIVISTAS E JULGADOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	636
		4.11. O <i>COMMON LAW</i> NORTE-AMERICANO: OS REALISTAS, PRAGMÁTICOS E CONSEQUENCIALISTAS	639
		5. TEORIA GERAL DO DIREITO	640
		5.1. PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE O ESTADO E O DIREITO	640
		5.2. CONSTITUCIONALISMO E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO	641
		5.3. ESTADO	642
		5.4. DIREITO	644
		5.5. DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO ..	644
		5.6. DIREITO NATURAL E DIREITO POSITIVO ..	645

5.7. DIREITO OBJETIVO E DIREITO SUBJETIVO	645	7. DIREITO DIGITAL	660
5.8. POSTULADO DA INTANGIBILIDADE.....	646	7.1. A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO	660
5.9. DOGMÁTICA E ZETÉTICA	646	7.1.1. A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL.....	662
5.10. ORDENAMENTO JURÍDICO	646	7.2. TECNOLOGIA NO CONTEXTO JURÍDICO.....	663
5.11. INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS.....	647	7.2.1. AUTOMAÇÃO DO PROCESSO ...	663
5.12. PRINCIPAIS RAMOS DO DIREITO	648	7.2.2. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO.....	664
5.12.1. DIREITO CONSTITUCIONAL	648	7.2.3. AUDIÊNCIAS VIRTUAIS E CORTES REMOTAS	669
5.12.2. DIREITO CIVIL	648	7.2.4. CIÊNCIA DE DADOS E JURIMETRIA.....	670
5.12.3. DIREITO EMPRESARIAL.....	648	7.2.5. MICROSSISTEMA DE JUSTIÇA DIGITAL: AS RESOLUÇÕES DO CNJ SOBRE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO JUDICIÁRIO.....	671
5.12.4. DIREITO PENAL	648	7.3. A PERSECUÇÃO PENAL E NOVAS TECNOLOGIAS.....	673
5.12.5. DIREITO ADMINISTRATIVO	648	7.3.1. CRIMES VIRTUAIS E CIBERSEGURANÇA	673
5.12.6. DIREITO TRIBUTÁRIO	648	7.3.2. DEEPWEB E DARKWEB	674
5.12.7. DIREITO AMBIENTAL.....	648	7.3.3. CRIPTOMOEDAS E LAVAGEM DE DINHEIRO	675
5.12.8. DIREITO INTERNACIONAL	648	7.3.4. PROVAS DIGITAIS.....	676
5.12.9. DIREITO DO TRABALHO	648	7.4. NOÇÕES GERAIS DE CONTRATOS INTELIGENTES, BLOCKCHAIN E ALGORITMOS.....	678
5.12.10. DIREITO PROCESSUAL	648	7.4.1. BLOCKCHAIN	678
5.13. FONTES DO DIREITO.....	649	7.4.2. CONTRATOS INTELIGENTES	679
5.14. O SISTEMA ROMANO-GERMÂNICO.....	650	7.4.3. ALGORITMO	680
5.15. O SISTEMA DO <i>COMMON LAW</i>	650	7.5. NOÇÕES GERAIS DO MARCO CIVIL DA INTERNET, LGPD E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	680
5.16. SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES	651	7.5.1. O MARCO CIVIL DA INTERNET..	680
5.17. DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	653	7.5.2. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	685
5.18. DIREITOS HUMANOS, DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS DA PERSONALIDADE	653	8. COGNIÇÃO DO JUIZ E TOMADA DE DECISÃO	688
5.18.1. DIREITOS HUMANOS.....	653	8.1. PRAGMATISMO: CONCEITOS ESSENCIAIS.....	688
5.18.2. DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	654	8.2. DISPOSIÇÕES DA LINDB SOBRE O CONSEQUENCIALISMO NA TOMADA DE DECISÃO JUDICIAL	688
5.18.3. DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	655	8.3. INTRODUÇÃO À ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO (AED)	689
5.18.4. DIREITOS FUNDAMENTAIS: ATRIBUTOS	655	8.4. ECONOMIA COMPORTAMENTAL. HEURÍSTICA E VIESES COGNITIVOS	692
5.18.5. DIREITOS FUNDAMENTAIS: DIMENSÕES	655	8.5. GOVERNANÇA CORPORATIVA E COMPLIANCE NO BRASIL	692
5.18.6. DIREITOS FUNDAMENTAIS: TITULARIDADE.....	655		
5.18.7. DIREITOS FUNDAMENTAIS: CONSEQUÊNCIAS A PARTIR DO RECONHECIMENTO.....	655		
6. RELAÇÕES ENTRE DIREITO ESTRANGEIRO E A ORDEM JURÍDICA INTERNA	656		
6.1. A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM (ONU).....	656		
6.2. CONTROLE JURISDICIONAL DE CONVENCIONALIDADE	658		
6.3. AGENDA 2030: DOS 17 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E APLICAÇÃO PARA O PODER JUDICIÁRIO	659		

9. DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO.....	694	3. SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	727
9.1. LEGISLAÇÃO ANTIDISCRIMINAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL	694	4. SISTEMA REGIONAL INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	729
9.2. MODALIDADES DE DISCRIMINAÇÃO	694	5. CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE. CONTROLE JUDICIAL DE CONVENCIONALIDADE (INTERNO E EXTERNO).....	735
9.3. CONCEITOS FUNDAMENTAIS	694	6. OS DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	736
9.4. PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO	696	7. OS PRINCÍPIOS QUE REGEM AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL	736
9.5. AÇÕES AFIRMATIVAS.....	696	8. OS DIREITOS CONSAGRADOS NOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS DOS QUAIS O BRASIL FOR PARTE	736
9.6. DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS E DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS...	697	9. O PROCEDIMENTO DE INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA DA CONSTITUIÇÃO. HIERARQUIA DOS TRATADOS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ORDEM JURÍDICA INTERNA BRASILEIRA. A RELAÇÃO ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E O DIREITO BRASILEIRO.....	740
9.7. NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	699	10. DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS. DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS. CONVENÇÃO 169 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. CONVENÇÃO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS. CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS. RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA SOBRE DIREITOS E GARANTIAS DOS POVOS ORIGINÁRIOS.....	741
9.8. NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO À MULHER, AOS IDOSOS, E ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	699		
DIREITOS HUMANOS	701		
<i>Felipe de Freitas</i>		DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	745
+ QUESTÕES	701	<i>Yasmin Duarte</i>	
1. TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS	701	+ QUESTÕES	745
2. DIREITOS HUMANOS NAS EMPRESAS.....	704	1. NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL (CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS). CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL. ACESSO À JUSTIÇA. FONTES DA NORMA PROCESSUAL (ATOS LEGISLATIVOS, COSTUME, PRECEDENTES, RESOLUÇÕES, NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS). NORMA PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	745
3. SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	705	2. JURISDIÇÃO. CONCEITO. NATUREZA. CARACTERÍSTICAS. ESPÉCIES. DISTINÇÃO EM RELAÇÃO ÀS DEMAIS FUNÇÕES DO ESTADO. JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA. JURISDIÇÃO ESTATAL E ARBITRAL. PODERES E FUNÇÕES JURISDICIONAIS DO JUIZ E DO ÁRBITRO. IMPARCIALIDADE, IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO.....	746
4. SISTEMA REGIONAL INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	708		
5. CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE	714		
6. OS DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	716		
7. A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS	716		
8. HIERARQUIA DOS TRATADOS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ORDEM JURÍDICA INTERNA BRASILEIRA. CONTROLE JUDICIAL DE CONVENCIONALIDADE (INTERNO E EXTERNO).....	719		
9. DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS. DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS. CONVENÇÃO 169 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. CONVENÇÃO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS. CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS. RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA SOBRE DIREITOS E GARANTIAS DOS POVOS ORIGINÁRIOS.....	720		
+ DICAS	722		
1. TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS	722		
2. DIREITOS HUMANOS NAS EMPRESAS.....	726		

3. COMPETÊNCIA. CRITÉRIOS DE DETERMINAÇÃO. IDENTIFICAÇÃO DE FORO COMPETENTE. PERPETUATIO JURISDICTIONIS. CONFLITOS DE COMPETÊNCIA POSITIVOS, NEGATIVOS E SOBRE A REUNIÃO OU SEPARAÇÃO DE PROCESSOS. TRANSFERÊNCIA E MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (CONEXÃO, CONTINÊNCIA, PREVENÇÃO). REUNIÃO DE PROCESSOS INDEPENDENTEMENTE DE CONEXÃO. COORDENAÇÃO DE COMPETÊNCIAS. COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL: CONCEITO, INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS. COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL. COOPERAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO COM OS ÁRBITROS. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL	747	CNJ SOBRE O EMPREGO DA TECNOLOGIA NO JUDICIÁRIO.....	762
4. AÇÃO E TUTELA JURISDICIONAL DOS DIREITOS. LEGITIMIDADE E INTERESSE PROCESSUAL. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E SEU CONTROLE PELO JUIZ. BOA-FÉ E COOPERAÇÃO PROCESSUAIS. ABUSO DO DIREITO DE LITIGAR. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ ...	754	7. PETIÇÃO INICIAL. REQUISITOS E CONTROLE DE ADMISSIBILIDADE. PEDIDO. PEDIDO (ALTERAÇÃO, ADITAMENTO E CUMULAÇÃO); PEDIDOS ALTERNATIVO, SUCESSIVO E SUBSIDIÁRIO. INTERPRETAÇÃO DOS ATOS POSTULATÓRIOS. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO. RESPOSTA DO RÉU (CONTESTAÇÃO, RECONVENÇÃO, EXCEÇÕES). PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO. SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO. EFICIÊNCIA PROCESSUAL. GESTÃO DO PROCEDIMENTO PELO JUIZ.....	764
5. PARTICIPAÇÃO DOS SUJEITOS DO PROCESSO. O JUIZ, SUA ATUAÇÃO E PODERES, IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO. PARTES E TERCEIROS NO PROCESSO CIVIL. MECANISMOS DE PROTEÇÃO AOS LITIGANTES VULNERÁVEIS. LITISCONSÓRCIO: CONCEITO, ESPÉCIES E REGIME. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO E UNITÁRIO. MODALIDADES DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS TÍPICAS E ATÍPICAS. ASSISTÊNCIA SIMPLES E LITISCONSORCIAL, DENUNCIAÇÃO À LIDE, CHAMAMENTO AO PROCESSO. INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. AMICUS CURIAE. MINISTÉRIO PÚBLICO, SUA ATUAÇÃO COMO PARTE E FISCAL DA ORDEM JURÍDICA. DEFENSORIA PÚBLICA. ADVOCACIA PÚBLICA E PRIVADA. DEVERES DAS PARTES, SEUS PROCURADORES E DEMAIS PARTICIPES DO PROCESSO; SUBSTITUIÇÃO E SUCESSÃO DE PARTES E PROCURADORES. REPRESENTAÇÃO TÉCNICA.....	756	8. FASE INSTRUTÓRIA: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS. PROVAS: OBJETO, FONTE E MEIOS. PROVAS ATÍPICAS E CONVENÇIONADAS. NORMAS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROBATÓRIO. PROIBIÇÃO DE PROVA ILÍCITA. ÔNUS DA PROVA. ESTÂNDARES PROBATÓRIOS. PROVAS EM ESPÉCIE E SUA PRODUÇÃO. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	771
6. ATOS PROCESSUAIS: FORMA, TEMPO E LUGAR. PRAZOS. COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS. INVALIDADES PROCESSUAIS. APROVEITAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS DEFEITUOSOS. CONVENÇÃO DAS PARTES EM MATÉRIA PROCESSUAL (TÍPICAS E ATÍPICAS). LIMITES DO CONTROLE JUDICIAL À NEGOCIAÇÃO SOBRE O PROCESSO TECNOLOGIA E SISTEMA DE JUSTIÇA. PROCESSO ELETRÔNICO. JUÍZO 100% DIGITAL. AUDIÊNCIAS REMOTAS E HÍBRIDAS. RESOLUÇÕES DO		9. ATOS NÃO DECISÓRIOS DO JUIZ. DESPACHOS. FASE DECISÓRIA. DECISÕES JUDICIAIS: CARACTERÍSTICAS E ESPÉCIES. SENTENÇA, NATUREZA E CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, REQUISITOS, FUNÇÕES, VÍCIOS, EFEITOS. ATIPICIDADE DAS FORMAS DE TUTELA JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA DAS DECISÕES. INTERPRETAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS....	774
		10. TUTELA PROVISÓRIA: CONCEITO, FUNÇÃO, ESPÉCIES. TUTELA CAUTELAR E SATISFATIVA (ANTECIPADA). TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DE EVIDÊNCIA: REQUISITOS. TUTELA PROVISÓRIA ANTECEDENTE E INCIDENTE	776
		11. COISA JULGADA: NATUREZA, CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, LIMITES OBJETIVOS E SUBJETIVOS. COISA JULGADA FORMAL E MATERIAL. LIMITES SUBJETIVOS, OBJETIVOS E TEMPORAIS. COISA JULGADA E RESOLUÇÃO DE QUESTÃO PREJUDICIAL INCIDENTAL. EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA. PRECLUSÃO: CONCEITO E ESPÉCIES. ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA ANTECEDENTE	781
		12. PRECEDENTES JUDICIAIS: CONCEITO E EFEITOS PARA O JUÍZO. TÉCNICAS E MÉTODOS NA FORMAÇÃO E SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES. REGRAS DE TRANSIÇÃO. JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS	783

13. RECURSOS. NATUREZA, CONCEITO, INSERÇÃO ENTRE OS MECANISMOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS, CLASSIFICAÇÃO. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. MÉRITO RECURSAL. EFEITOS DA INTERPOSIÇÃO E DO JULGAMENTO DOS RECURSOS. REMESSA NECESSÁRIA. SUCEDÂNEOS RECURSAIS; REMESSA OBRIGATÓRIA	784	CIOSA E VOLUNTÁRIA: NOÇÕES GERAIS. TIPOS CODIFICADOS E NÃO CODIFICADOS	810
14. RECURSOS EM ESPÉCIE (APELAÇÃO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, AGRAVO INTERNO, RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL, RECURSO EXTRAORDINÁRIO, RECURSO ESPECIAL). PRAZOS E PROCEDIMENTOS RECURSAIS, PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS, MODOS DE INTERPOSIÇÃO, PECULIARIDADES ESPECÍFICAS. ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS. JULGAMENTO ESTENDIDO EM CASO DE DIVERGÊNCIA ...	785	20. O PODER PÚBLICO EM JUÍZO. MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO POPULAR. HABEAS DATA. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SUSPENSÃO DE SEGURANÇA	815
15. AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO. AÇÃO RESCISÓRIA. RECLAMAÇÃO. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. JULGAMENTO DE RECURSOS REPETITIVOS NOS TRIBUNAIS SUPERIORES. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE EM TRIBUNAL	794	21. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. CARACTERIZAÇÃO COMO SUBSISTEMA PROCESSUAL E SEU RELACIONAMENTO COM O PROCEDIMENTO COMUM. ESTRUTURA ORGÂNICA (JUIZADOS, TURMAS RECURSAIS, TURMAS DE UNIFORMIZAÇÃO REGIONAIS, E TURMAS E SESSÕES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS). PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ESPÉCIES, COMPETÊNCIA. PROCEDIMENTOS, RECURSOS, PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, COISA JULGADA, CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	821
16. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRESSUPOSTOS. TÍTULO EXECUTIVO: ESPÉCIES E REQUISITOS. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NA OBRIGAÇÃO DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGAR COISA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NA OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS	797	22. TUTELA DOS INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS. AÇÕES COLETIVAS PARA A PROTEÇÃO DE DIREITOS E INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. LEGITIMIDADE E COMPETÊNCIA NAS AÇÕES COLETIVAS. EFEITOS DAS SENTENÇAS COLETIVAS E COISA JULGADA. PROCESSOS ESTRUTURAIS. AUTOCOMPOSIÇÃO NA TUTELA DOS INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E OUTROS TIPOS NEGOCIAIS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA E EXECUÇÃO EM TUTELA COLETIVA. FUNDOS E OUTRAS INFRAESTRUTURAS PARA EFETIVAÇÃO DE DECISÕES E ACORDOS	823
17. EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE. EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGA DE COISA. EXECUÇÃO FISCAL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	801	23. CUSTOS DO PROCESSO. CUSTAS PROCESSUAIS: TAXAS JUDICIÁRIAS. DESPESAS PROCESSUAIS. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	826
18. DÉBITO E RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL. FRAUDE À EXECUÇÃO. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS. SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E DA EXECUÇÃO. CONCURSO DE CREDORES. DEFESA DO EXECUTADO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO	805	Trícia Navarro	
19. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E SUA RELAÇÃO COM O PROCEDIMENTO COMUM. O TRÂNSITO DE TÉCNICAS PROCESSUAIS ENTRE PROCEDIMENTOS. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTEN-		24. MEIOS ADEQUADOS E INTEGRADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: O SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIORTAS. CONSENSUALIDADE E AUTOCOMPOSIÇÃO. CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E OUTROS MEIOS DE RESOLUÇÃO (JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL) DE DISPUTAS	828
		25. ARBITRAGEM E PODER JUDICIÁRIO. COMPROMISSO ARBITRAL E CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA. TUTELAS DE URGÊNCIA ANTES, DURANTE E DEPOIS DO PROCESSO ARBITRAL. IMPUGNAÇÃO JUDICIAL DA SENTENÇA ARBITRAL. AÇÃO PARA OBTENÇÃO DO COMPROMISSO ARBITRAL. IMPEDIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÁRBITRO. DEVIDO PROCESSO ARBITRAL. COO-	

PERAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO COM A ARBITRAGEM	828	10. IMPEDIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÁRBITRO	888
11. DEVIDO PROCESSO ARBITRAL			888
12. COOPERAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO COM A ARBITRAGEM			888
+ DICAS	835	DIREITO CIVIL	889
1. NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	835	Ana Fernanda Babinski Veronese	
2. JURISDIÇÃO	838	+ QUESTÕES	889
3. COMPETÊNCIA	839	1. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS LEIS. CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL. CONCEITO. EFEITOS. PERSONALIZAÇÃO. DIREITOS FUNDAMENTAIS E RELAÇÕES PRIVADAS. CONFLITO DAS LEIS NO TEMPO. EFICÁCIA DA LEI NO ESPAÇO	889
4. LEGITIMIDADE E INTERESSE PROCESSUAL	842	2. PESSOAS NATURAIS. DIREITOS DA PERSONALIDADE. INCAPACIDADE. LEGITIMIDADE. MORTE PRESUMIDA. AUSÊNCIA. TUTELA. CURATELA. TOMADA DE DECISÃO APOIADA. ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. DOMICÍLIO	892
5. LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	844	3. PESSOAS JURÍDICAS. PERSONALIDADE JURÍDICA DA PESSOA JURÍDICA. DESCONSIDERAÇÃO. CLASSIFICAÇÃO. INÍCIO E FIM DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA PESSOA JURÍDICA. ADMINISTRAÇÃO. CLASSIFICAÇÃO: PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO. SOCIEDADES, ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES. PARTIDOS POLÍTICOS (ASPECTOS CÍVIS). ENTIDADES SEM PERSONIFICAÇÃO JURÍDICA E NOVOS SUJEITOS DE DIREITO. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS	897
6. ATOS PROCESSUAIS	846	4. BENS. CLASSIFICAÇÃO. REGIME JURÍDICO. BEM DE FAMÍLIA. PATRIMÔNIO. PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO	900
7. FASE POSTULATÓRIA NO PROCESSO CIVIL	848	5. FATOS JURÍDICOS. ATOS JURÍDICOS. NEGÓCIOS JURÍDICOS. EXISTÊNCIA, EFICÁCIA E VALIDADE. CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO. REPRESENTAÇÃO. DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO. ERRO OU IGNORÂNCIA, DOLO, COAÇÃO, ESTADO DE PERIGO, LESÃO, FRAUDE CONTRA CREDORES. INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO. NULIDADE. SIMULAÇÃO. DISTINÇÕES ENTRE NULIDADE E ANULABILIDADE. CONVERSÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO. ATO LÍCITO E ILÍCITO. ABUSO DO DIREITO. TEORIA DA APARÊNCIA. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. PROVA	901
8. PROVAS	850		
9. SENTENÇA	852		
10. TUTELAS PROVISÓRIAS	854		
11. COISA JULGADA	856		
12. SISTEMA DE PRECEDENTES	857		
13. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO ÀS DECISÕES JUDICIAIS	860		
14. RECURSOS EM ESPÉCIE	862		
15. MECANISMOS DE FORMAÇÃO DE PRECEDENTES VINCULANTES	864		
16. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	866		
17. EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS	868		
18. DEFESA DO EXECUTADO	870		
19. ADAPTABILIDADE DO PROCEDIMENTO	873		
20. PODER PÚBLICO EM JUÍZO	874		
21. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	876		
22. PROCESSOS ESTRUTURAIS	878		
23. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	879		
1. MEIOS ADEQUADOS E INTEGRADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: O SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIPORTAS	882		
2. CONSENSUALIDADE E AUTOCOMPOSIÇÃO	882		
3. CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E OUTROS MEIOS DE RESOLUÇÃO (JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL) DE DISPUTAS	883		
4. CONSENSUALIDADE NOS TRIBUNAIS	885		
5. ARBITRAGEM E PODER JUDICIÁRIO	886		
6. COMPROMISSO ARBITRAL E CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	887		
7. TUTELAS DE URGÊNCIA ANTES, DURANTE E DEPOIS DO PROCESSO ARBITRAL	887		
8. IMPUGNAÇÃO JUDICIAL DA SENTENÇA ARBITRAL	887		
9. AÇÃO PARA OBTENÇÃO DO COMPROMISSO ARBITRAL	887		

6. OBRIGAÇÕES. MODALIDADE DAS OBRIGAÇÕES. OBRIGAÇÃO NATURAL. OBRIGAÇÃO PROPTER REM. OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS. OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS. OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS. TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES: CESSÃO DE CRÉDITO E ASSUNÇÃO DE DÍVIDA. ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES. INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES. MORA, PERDAS E DANOS, JUROS LEGAIS, CLÁUSULA PENAL, ARRAS OU SINAL. PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS	912	13. PROPRIEDADE. DEFINIÇÃO. ELEMENTOS. CLASSIFICAÇÃO. EXTENSÃO DA PROPRIEDADE. RESTRIÇÕES À PROPRIEDADE. AQUISIÇÃO OU CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE. PROPRIEDADE IMÓVEL. PROPRIEDADE MÓVEL. PROPRIEDADE RESOLÚVEL E FIDUCIÁRIA. PERDA DA PROPRIEDADE MÓVEL E IMÓVEL. USUCAPIÃO. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE. PROPRIEDADE URBANA E RURAL. ESTATUTO DA TERRA E ESTATUTO DAS CIDADES. POLÍTICA AGRÍCOLA E REFORMA AGRÁRIA. DIREITO DE VIZINHANÇA. ENFITEUSE E OCUPAÇÃO EM TERRENOS DE MARINHA. REGISTROS DE IMÓVEIS: NOÇÕES GERAIS, REGISTROS, PRESUNÇÃO DE FÉ PÚBLICA E IMÓVEIS DA UNIÃO. PRIORIDADE, ESPECIALIDADE, LEGALIDADE, CONTINUIDADE. PROCEDIMENTO DE DÚVIDA. DIREITO DE LAJE.....	953
7. OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS	914	14. CONDOMÍNIO. CONDOMÍNIO EM GERAL. CONDOMÍNIO EDILÍCIO. CONDOMÍNIO DE LOTES E CONDOMÍNIO URBANO SIMPLES. CONDOMÍNIO EM MULTIPROPRIEDADE. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO. LOTEAMENTOS DE ACESSO RESTRITO. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA.....	959
8. CONTRATOS EM GERAL: TEORIA GERAL DOS CONTRATOS. FORMAÇÃO E INTERPRETAÇÃO. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS. PRESSUPOSTOS DE VALIDADE. PRINCÍPIOS. FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO. BOA-FÉ SUBJETIVA E OBJETIVA. REVISÃO E SUAS MODALIDADES. EXTINÇÃO	918	15. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA NO CÓDIGO CIVIL E NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA DE IMÓVEIS. CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CRÉDITO. PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO. SECURITIZAÇÃO	963
9. CONTRATOS EM ESPÉCIE. COMPRA E VENDA. TROCA OU PERMUTA. CONTRATO ESTIMATÓRIO. DOAÇÃO. LOCAÇÃO DE COISAS. LOCAÇÃO DE IMÓVEIS. EMPRÉSTIMO: COMODATO E MÚTUO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. EMPREITADA. DEPÓSITO. MANDATO. COMISSÃO. AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO. CORRETAGEM. TRANSPORTE. SEGURO. CONSTITUIÇÃO DE RENDA. JOGO E APOSTA. FIANÇA. TRANSAÇÃO. COMPROMISSO	929	16. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS PRÓPRIAS E ALHEIAS. DIREITOS REAIS DE GARANTIA. DIREITOS REAIS DE AQUISIÇÃO. DISPOSIÇÕES GERAIS. PROPRIEDADE RESOLÚVEL	963
10. ATOS UNILATERAIS. PROMESSA DE RECOMPENSA. GESTÃO DE NEGÓCIOS. PAGAMENTO INDEVIDO. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA	945	17. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ESTATUTO DA JUVENTUDE. ESTATUTO DA PESSOA IDOSA.....	966
11. RESPONSABILIDADE CIVIL. ELEMENTOS. RESPONSABILIDADE POR FATO DE OUTREM. RESPONSABILIDADE POR FATO DA COISA. TEORIAS SUBJETIVA E OBJETIVA DA RESPONSABILIDADE CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E EMPREGO. DANO MORAL E MATERIAL. DANO COLETIVO. DANO ESTÉTICO. DANO À IMAGEM. INDENIZAÇÃO. PERDA DE UMA CHANCE. NEXO CAUSAL E SUAS TEORIAS. LIQUIDAÇÃO DO DANO. RESPONSABILIDADE PRÉ E PÓS CONTRATUAL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E AQUILIANA. EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE CIVIL. BOA-FÉ SUBJETIVA E OBJETIVA.....	946	18. DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: INCLUSÃO, DIREITOS E GARANTIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA PRIORIDADE DE ATENDIMENTO E PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA.....	973
12. POSSE E DETENÇÃO. DEFINIÇÃO. NATUREZA JURÍDICA. CLASSIFICAÇÃO DE POSSE. AQUISIÇÃO DA POSSE. EFEITOS DA POSSE. COMPOSSE. PROTEÇÃO POSSESSÓRIA. PERDA DA POSSE.....	951	19. MARCO CIVIL DA INTERNET. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	973
		20. ASPECTOS GERAIS DO DIREITO DE FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES. CASAMENTO. UNIÃO ESTÁVEL. REPERCUSSÕES PREVIDENCIÁRIAS. RELAÇÕES DE PARENTESCO. REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES E	

OS COMPANHEIROS. BEM DE FAMÍLIA. TUTELA. CURATELA. SUCESSÃO EM GERAL: SUCESSÃO LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA	976	1.1. EMANCIPAÇÃO VOLUNTÁRIA OU POR CONCESSÃO DOS PAIS – ART. 5º, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO I, 1ª PARTE.....	1010
21. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONSUMIDOR. FORNECEDOR. DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR. QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS. PREVENÇÃO E REPARAÇÃO DOS DANOS. DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO	997	1.2. EMANCIPAÇÃO JUDICIAL – ART. 5º, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO I, 2ª PARTE	1010
+	DICAS	1003	1.3. EMANCIPAÇÃO LEGAL – ART. 5º, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISOS II, III, IV E V... ..
+	CAPÍTULO 1 – DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL E DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	1003	+
1. DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL (CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL).....	1003	1. CONCEITO DE DOMICÍLIO.....	1011
1.1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO CONSTITUCIONALISMO.....	1003	2. PLURALIDADE DE DOMICÍLIOS E RESIDÊNCIAS.....	1011
1.2. CRISE DO DIREITO CIVIL.....	1005	3. DOMICÍLIO PROFISSIONAL.....	1011
1.3. ADOÇÃO DA TÉCNICA CONSTITUCIONAL ABERTA	1006	4. MUDANÇA DE DOMICÍLIO.....	1011
1.4. CONCLUSÃO: DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL E A QUEBRA DE PARADIGMA NO BRASIL.....	1006	5. DOMICÍLIO APARENTE OU OCASIONAL.....	1011
2. CONCEITO DE PERSONALIDADE JURÍDICA.....	1007	6. CLASSIFICAÇÃO DO DOMICÍLIO	1012
3. CAPACIDADE JURÍDICA.....	1007	+	CAPÍTULO 5 – DA PESSOA JURÍDICA.....
4. INÍCIO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA PESSOA NATURAL	1007	1. PERSONALIDADE JURÍDICA DA PESSOA JURÍDICA	1012
4.1. TEORIA NATALISTA.....	1007	2. A PESSOA JURÍDICA NA VISÃO CIVIL-CONSTITUCIONAL	1012
4.2. TEORIA CONCEPCIONISTA	1007	3. FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA.....	1012
5. FIM DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA PESSOA NATURAL	1008	4. CONCEITO.....	1013
5.1. MORTE PRESUMIDA SEM A DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA	1008	5. CARACTERÍSTICAS	1013
5.2. MORTE PRESUMIDA COM DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA	1008	6. CLASSIFICAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS....	1013
5.2.1. SUCESSÃO DEFINITIVA DIRETA	1009	7. ESPÉCIES DE PESSOAS JURÍDICAS.....	1013
+	CAPÍTULO 2 – DAS INCAPACIDADES.....	1009	7.1. CORPORAÇÕES.....
1. INCAPACIDADE ABSOLUTA	1009	7.2. FUNDAÇÕES	1013
2. INCAPACIDADE RELATIVA	1009	7.3. EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (REVOGADA)	1013
3. CONDIÇÃO JURÍDICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1009	7.4. EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	1013
4. CASOS EM QUE A MANIFESTAÇÃO DO INCAPAZ SERÁ CONSIDERADA VÁLIDA	1010	8. CLASSIFICAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS QUANTO ÀS FUNÇÕES EXERCIDAS	1013
+	CAPÍTULO 3 – DA EMANCIPAÇÃO.....	1010	9. COMEÇO DA EXISTÊNCIA DA PESSOA JURÍDICA
1. TIPOS DE EMANCIPAÇÃO – ART. 5º, PARÁGRAFO ÚNICO, CC	1010	10. ENTES FORMAIS OU DESPERSONALIZADOS...	1014
		11. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA (DISREGARD DOCTRINE).....	1014
		11.1.....	
		CONCEITO.....	1014
		11.2. TEORIAS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	1014
		11.3. REQUISITOS PARA A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	1014
		11.4. DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA	1015

11.5. DESCONSIDERAÇÃO INDIRETA DA PERSONALIDADE JURÍDICA	1015	+ CAPÍTULO 8 – DA TEORIA GERAL DO FATO JURÍDICO	1023
11.6. TEORIA EXPANSIVA OU DESCONSIDERAÇÃO SUSPENSIVA	1016	1. DEFINIÇÃO	1023
11.7. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA “POSITIVA”	1016	2. CLASSIFICAÇÃO DOS FATOS JURÍDICOS	1023
+ CAPÍTULO 6 – DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	1016	3. PLANOS DO NEGÓCIO JURÍDICO (ESCALA PONTEANA)	1023
1. DEFINIÇÃO	1016	3.1. PLANO DA EXISTÊNCIA	1024
2. CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	1016	3.2. PLANO DA VALIDADE	1024
3. TUTELA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE APÓS A MORTE	1017	3.2.1. REQUISITOS DE VALIDADE	1024
4. DIREITO AO NOME (ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS)	1017	3.3. PLANO DA EFICÁCIA	1024
4.1. ALTERAÇÃO DO NOME	1018	3.3.1. ELEMENTOS ACIDENTAIS DO NEGÓCIO JURÍDICO	1024
5. JULGADOS E ENUNCIADOS IMPORTANTES SOBRE O TEMA DE DIREITOS DA PERSONALIDADE	1018	4. NULIDADE E ANULABILIDADE	1024
+ CAPÍTULO 7 – DOS BENS JURÍDICOS	1019	4.1. CAUSAS GERAIS DE NULIDADE ABSOLUTA	1024
1. NOÇÃO	1019	4.2. CLÁUSULAS GERAIS DE ANULABILIDADE	1025
1.1. DISTINÇÃO ENTRE BENS E COISAS	1019	5. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	1025
1.2. PATRIMÔNIO	1019	5.1. CONFIRMAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO (ART. 172 DO CC)	1025
1.2.1. PATRIMÔNIO MÍNIMO	1019	5.2. REDUÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO (ART. 184 DO CC)	1025
2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS	1020	5.3. CONVERSÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO (ART. 170 DO CC)	1025
2.1. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À MOBILIDADE	1020	+ CAPÍTULO 9 – DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	1026
2.1.1. BENS IMÓVEIS	1020	1. INTRODUÇÃO	1026
2.1.2. BENS MÓVEIS	1020	2. ERRO	1026
2.2. BENS RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS	1021	3. DOLO	1027
2.2.1. BEM PRINCIPAL E BENS ACESSÓRIOS	1021	4. COAÇÃO	1028
2.3. BENS PÚBLICOS	1022	5. ESTADO DE PERIGO	1028
3. BEM DE FAMÍLIA	1022	6. LESÃO	1029
3.1. NOÇÕES	1022	7. FRAUDE CONTRA CREDORES	1030
3.2. BEM DE FAMÍLIA LEGAL	1022	8. SIMULAÇÃO	1031
3.2.1. ASPECTOS RELEVANTES SOBRE BEM DE FAMÍLIA NO STJ	1022	+ CAPÍTULO 10 – DA PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	1031
3.2.2. EXCEÇÕES LEGAIS À IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA	1022	1. CONCEITO	1031
3.3. BEM DE FAMÍLIA CONVENCIONAL	1022	2. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL	1032
4. JULGADOS E SÚMULAS IMPORTANTES SOBRE O TEMA DE DIREITOS DA PERSONALIDADE	1022	3. CARACTERÍSTICAS DA PRESCRIÇÃO	1032
		3.1. INTERESSE PRIVADO	1032
		3.2. RENÚNCIA	1032
		3.3. LIMITES À RENÚNCIA DA PRESCRIÇÃO	1032
		3.4. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO	1032
		3.5. IMUTABILIDADE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS	1032
		3.6. ALEGAÇÃO DA PRESCRIÇÃO	1032

3.7. SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO	1033	2. OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS	1037
3.8. PRAZOS PRESCRICIONAIS	1033	3. OBRIGAÇÕES CUMULATIVAS	1037
4. DECADÊNCIA	1033	4. OBRIGAÇÕES FACULTATIVAS	1037
4.1. DECADÊNCIA LEGAL	1033	5. OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS	1037
4.1.1. CARACTERÍSTICAS	1033	6. OBRIGAÇÕES INDIVISÍVEIS	1037
4.1.2. DECADÊNCIA CONVENCIONAL	1033	7. OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS	1038
4.2. CARACTERÍSTICAS DA DECADÊNCIA CONVENCIONAL	1033	7.1. A INEXISTÊNCIA DE PRESUNÇÃO DA SOLIDARIEDADE	1038
+ CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	1033	+ CAPÍTULO 4 – TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	1039
1. CONCEITO DE OBRIGAÇÃO	1033	1. INTRODUÇÃO	1039
2. OBRIGAÇÕES HÍBRIDAS OU MISTAS	1034	2. CESSÃO DE CRÉDITO	1039
2.1. OBRIGAÇÃO <i>PROPTER REM</i>	1034	2.1. REGRAS DA CESSÃO DE CRÉDITO	1039
2.2. OBRIGAÇÃO COM EFICÁCIA REAL	1034	3. CESSÃO DE DÉBITO OU ASSUNÇÃO DE DÍVIDA	1040
3. FONTES DAS OBRIGAÇÕES	1034	3.1. MODALIDADES	1040
4. TEORIA DUALISTA (BRINZ)	1034	+ CAPÍTULO 5 – ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	1040
4.1. OBRIGAÇÕES PERFEITAS E IMPERFEITAS	1034	1. INTRODUÇÃO	1040
5. PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO DEVEDOR	1035	2. PAGAMENTO DIRETO	1041
5.1. EXCEÇÕES CONSTITUCIONAIS À RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	1035	2.1. SUJEITOS DO PAGAMENTO	1041
6. OBRIGAÇÃO COMO PROCESSO	1035	2.1.1. <i>SOLVENS</i>	1041
+ CAPÍTULO 2: CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	1035	2.1.2. <i>ACCIPIENS</i>	1041
1. OBRIGAÇÃO POSITIVA	1035	2.2. OBJETO DO PAGAMENTO DIRETO	1041
1.1. OBRIGAÇÃO DE DAR	1035	2.3. PROVA DO PAGAMENTO DIRETO	1042
1.1.1. OBRIGAÇÃO DE DAR COISA CERTA	1035	2.4. LUGAR DO PAGAMENTO DIRETO	1042
1.1.2. OBRIGAÇÃO DE DAR COISA INCERTA	1035	2.5. TEMPO DO PAGAMENTO	1042
1.1.3. RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PERDA OU DETERIORAÇÃO NA OBRIGAÇÃO DE DAR COISA CERTA	1035	3. FORMAS ESPECIAIS DE PAGAMENTO E PAGAMENTO INDIRETO	1042
1.1.4. RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PERDA OU DETERIORAÇÃO NA RESTITUIÇÃO DA COISA (ARTS. 238 A 240 DO CÓDIGO CIVIL)	1036	3.1. PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO	1042
1.2. OBRIGAÇÃO DE FAZER	1036	3.2. IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO	1043
2. OBRIGAÇÕES NEGATIVAS	1036	3.3. PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO	1043
2.1. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER	1036	3.4. DAÇÃO EM PAGAMENTO	1043
+ CAPÍTULO 3 – MODALIDADES OBRIGACIONAIS	1036	3.5. NOVAÇÃO	1043
1. OBRIGAÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS	1036	3.6. COMPENSAÇÃO	1044
		3.7. CONFUSÃO	1044
		3.8. REMISSÃO DAS DÍVIDAS	1044
		+ CAPÍTULO 6 – INADIMPLEMENTO	1044
		1. INTRODUÇÃO	1044
		2. INADIMPLEMENTO POR ATO CULPOSO DO DEVEDOR (ART. 389 DO CC)	1045
		2.1. INADIMPLEMENTO ABSOLUTO	1045
		2.2. INADIMPLEMENTO RELATIVO	1045
		2.2.1. MORA DO DEVEDOR	1045
		2.2.2. MORA DO CREDOR	1045

3. INADIMPLENTO POR FATO NÃO IMPUTÁVEL AO DEVEDOR	1046	+	CAPÍTULO 4 – FORMAS DE CONTRATAR	1054
4. CLÁUSULA PENAL E ARRAS.....	1046	1.	CONTRATO PRELIMINAR.....	1054
+	CAPÍTULO 1: CONCEITO E FORMAÇÃO DOS CONTRATOS.....	2.	ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIROS (ARTIGOS 436 A 438 DO CC).....	1054
1.	CONCEITO DE CONTRATO.....	3.	PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO (ARTIGOS 439 E 440 DO CC)	1055
2.	ESTRUTURA INTERNA DOS CONTRATOS	+	CAPÍTULO 5 – VÍCIOS REDIBITÓRIOS E EVICÇÃO	1055
2.1.	ELEMENTOS SUBJETIVOS DO CONTRATO	1.	CONCEITO DE VÍCIOS REDIBITÓRIOS.....	1055
2.2.	ELEMENTO OBJETIVO DO CONTRATO ...	2.	REQUISITOS DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS	1055
3.	FORMAÇÃO DOS CONTRATOS.....	3.	AÇÕES EDILÍCIAS	1056
3.1.	FASE PRÉ-CONTRATUAL OU TRATATIVAS PRELIMINARES	4.	PRAZOS DAS AÇÕES EDILÍCIAS	1056
3.2.	FASE CONTRATUAL	5.	CONCEITO DE EVICÇÃO	1056
3.2.1.	PROPOSTA CONTRATUAL ENTRE AUSENTES	5.1.	REQUISITOS DA EVICÇÃO.....	1056
+	CAPÍTULO 2: PRINCÍPIOS CONTRATUAIS....	5.2.	DIREITOS DO EVICTO	1057
1.	PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE PRIVADA	5.3.	AJUSTES CONTRATUAIS RELATIVOS À EVICÇÃO.....	1057
2.	PRINCÍPIO DA FORÇA OBRIGATÓRIA DOS CONTRATOS (<i>PACTA SUNT SERVANDA</i>).....	+	CAPÍTULO 6 – REVISÃO DOS CONTRATOS..	1057
2.1.	LIMITAÇÕES.....	1.	INTRODUÇÃO.....	1057
3.	PRINCÍPIO DA EQUIVALÊNCIA MATERIAL OU EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	2.	TEORIA DA IMPREVISÃO	1058
4.	PRINCÍPIO DA RELATIVIDADE DOS EFEITOS DO CONTRATO	3.	TEORIA DA QUEBRA DA BASE OBJETIVA DO NEGÓCIO.....	1058
5.	PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA	+	CAPÍTULO 7 – EXTINÇÃO DOS CONTRATOS	1058
5.1.	NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO CIVIL	1.	INTRODUÇÃO.....	1058
5.2.	CONCEITO DE BOA-FÉ OBJETIVA	2.	RESOLUÇÃO	1059
5.3.	FUNÇÕES DA BOA-FÉ OBJETIVA.....	3.	RESILIÇÃO	1059
5.3.1.	DEVERES ANEXOS DA BOA-FÉ OBJETIVA	4.	RESCISÃO	1059
6.	PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL	+	CAPÍTULO 1 – DA COMPRA E VENDA.....	1059
6.1.	FUNÇÃO SOCIAL COMO LIMITE AO EXERCÍCIO DOS DIREITOS	1.	CONCEITO DE COMPRA E VENDA	1059
6.2.	FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS	2.	OBJETOS DA COMPRA E VENDA.....	1060
6.3.	BOA-FÉ OBJETIVA NOS CONTRATOS X FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS	3.	VENDA COM BASE EM AMOSTRAS, PROTÓTIPOS OU MODELOS.....	1060
+	CAPÍTULO 3: CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS	3.1.	VENDA POR AMOSTRA, PROTÓTIPO OU MODELO	1060
1.	CONTRATOS TÍPICOS E ATÍPICOS	3.2.	VENDA A CONTENTO OU SUJEITA À PROVA	1060
2.	CONTRATOS UNILATERAIS E BILATERAIS.....	3.3.	DIFERENÇA ENTRE VENDA A CONTENTO E VENDA SUJEITA À PROVA.....	1060
3.	CONTRATOS CONSENSUAIS E REAIS.....	4.	FIXAÇÃO DO PREÇO POR TERCEIROS	1060
4.	CONTRATOS COMUTATIVOS E ALEATÓRIOS....	5.	DESPESAS DE ESCRITURA E REGISTRO	1061
5.	CONTRATOS PRINCIPAIS E ACESSÓRIOS	6.	ENTREGA E PAGAMENTO.....	1061
6.	CONTRATOS DE ADESAO.....	7.	INSOLVÊNCIA DO COMPRADOR.....	1061
		8.	VENDA ENTRE ASCENDENTES E DESCENDENTES	1061

9. PROIBIÇÕES ESPECÍFICAS DE COMPRA E VENDA.....	1061	3. DIREITOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO	1066
10. DIREITO DE PREFERÊNCIA ENTRE CONDÔMINOS	1061	4. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	1066
11. DA VENDA COM RESERVA DE DOMÍNIO	1062	5. DA EMPREITADA	1066
+ CAPÍTULO 2 – DA TROCA OU PERMUTA.....	1062	6. DO DEPÓSITO.....	1067
1. INTRODUÇÃO À TROCA OU PERMUTA	1062	6.1. DO DEPÓSITO VOLUNTÁRIO	1067
2. APLICABILIDADE DAS NORMAS DA COMPRA E VENDA	1062	6.2. DO DEPÓSITO NECESSÁRIO	1068
3. DESPESAS COM O INSTRUMENTO DA TROCA	1062	6.3. EXEMPLOS PRÁTICOS.....	1068
4. ANULABILIDADE DA TROCA ENTRE ASCENDENTES E DESCENDENTES.....	1062	+ CAPÍTULO 9 – DO MANDATO.....	1069
+ CAPÍTULO 5 – DA DOAÇÃO.....	1063	1. FORMA E VALIDADE DO MANDATO.....	1069
1. CONCEITO DE DOAÇÃO	1063	2. OBRIGAÇÕES DO MANDATÁRIO.....	1069
2. TIPOS DE DOAÇÃO.....	1063	3. DIREITOS DO MANDATÁRIO	1069
3. REVOGAÇÃO DA DOAÇÃO	1063	4. OBRIGAÇÕES DO MANDANTE.....	1069
4. RESTRIÇÕES À LIBERDADE DE DOAR.....	1063	5. EXTINÇÃO DO MANDATO	1069
+ CAPÍTULO 6 – DA LOCAÇÃO DE COISAS	1064	+ CAPÍTULO 10 – DA COMISSÃO	1069
1. INTRODUÇÃO.....	1064	1. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO COMISSÁRIO	1069
2. OBRIGAÇÕES DO LOCADOR	1064	2. CLÁUSULA <i>DEL CREDERE</i>	1070
3. GARANTIAS DO LOCADOR	1064	3. ALTERAÇÕES E DESPESAS.....	1070
4. OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO.....	1064	4. APLICAÇÃO DAS REGRAS DE MANDATO.....	1070
5. DIREITOS DO LOCADOR EM CASO DE MAU USO	1064	+ CAPÍTULO 11 – DA AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO	1070
6. PRAZO DA LOCAÇÃO	1064	1. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO DE AGÊNCIA	1070
7. SITUAÇÕES DE ALIENAÇÃO DA COISA ALUGADA.....	1065	2. EXCLUSIVIDADE E ZONA DE ATUAÇÃO	1070
8. TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO POR MORTE.....	1065	3. OBRIGAÇÕES DO AGENTE.....	1070
+ CAPÍTULO 7 – DO EMPRÉSTIMO	1065	4. DIREITOS DO AGENTE.....	1070
1. DO COMODATO.....	1065	5. RESCISÃO DO CONTRATO	1070
1.1. PRAZO E USO DO COMODATO	1065	6. APLICAÇÃO DAS REGRAS DE MANDATO E COMISSÃO	1070
1.2. OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO	1065	+ CAPÍTULO 12 – DA CORRETAGEM.....	1071
2. DO MÚTUO.....	1065	1. CONCEITO E NATUREZA DO CONTRATO DE CORRETAGEM.....	1071
2.1. TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO E RISCOS.....	1065	2. OBRIGAÇÕES DO CORRETOR.....	1071
2.2. EMPRÉSTIMOS A MENORES	1065	3. REMUNERAÇÃO DO CORRETOR	1071
2.3. GARANTIAS E JUROS	1065	4. DIREITOS DO CORRETOR	1071
2.4. PRAZOS DO MÚTUO.....	1065	5. APLICAÇÃO DAS NORMAS ESPECIAIS	1071
+ CAPÍTULO 8 – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO; DA EMPREITADA E DO DEPÓSITO	1065	+ CAPÍTULO 13 – CONTRATO DE TRANSPORTE	1071
1. RETRIBUIÇÃO E DURAÇÃO DO CONTRATO	1066	1. INTRODUÇÃO.....	1071
2. OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇO.....	1066	2. REGRAS GERAIS PREVISTAS NO CÓDIGO CIVIL	1071
		3. TRANSPORTE AÉREO.....	1071
		3.1. OBSERVAÇÕES SOBRE CONTRATOS DE TRANSPORTE AÉREO	1071

4. TRANSPORTE CUMULATIVO.....	1071	4.4. TAXATIVIDADE	1078
5. TRANSPORTE DE PESSOAS.....	1071	4.5. PERPETUIDADE.....	1078
6. RESILIÇÃO E DIREITOS DO PASSAGEIRO	1072		
7. TRANSPORTE DE COISAS.....	1072		
+ CAPÍTULO 14 – CONTRATO DE SEGURO.....	1072	+ CAPÍTULO 2: POSSE.....	1078
1. INTRODUÇÃO	1072	1. TEORIAS SOBRE A POSSE	1078
2. FORMALIZAÇÃO E PROVA DO CONTRATO.....	1072	1.1. TEORIA SUBJETIVA DE SAVIGNY.....	1078
3. CARACTERÍSTICAS DA APÓLICE.....	1072	1.2. TEORIA OBJETIVA DE IHERING	1078
4. COSSEGURO E RESSEGURO.....	1072	2. ALCANCE DO CONCEITO DE POSSUIDOR	1079
5. REGRAS GERAIS DE CONDUTA.....	1072	3. <i>IUS POSSESSIONIS</i> E <i>IUS POSSIDENDI</i>	1079
6. PAGAMENTO DO PRÊMIO E MORA.....	1073	4. DESDOBRAMENTO DA POSSE: CISÃO DA POSSE.....	1079
7. AGRAVAMENTO DO RISCO.....	1073	5. DETENÇÃO	1079
8. INDENIZAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO.....	1073	6. CLASSIFICAÇÃO DA POSSE QUANTO AOS VÍCIOS.....	1079
9. SEGURO DE DANO	1073		
10. SEGURO DE PESSOA.....	1073	+ CAPÍTULO 3: PROPRIEDADE.....	1079
+ CAPÍTULO 15 – DO JOGO E DA APOSTA.....	1073	1. DEFINIÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE.....	1079
+ CAPÍTULO 16 – DA FIANÇA.....	1073	1.1. DEFINIÇÃO TRADICIONAL	1079
1. DISPOSIÇÕES GERAIS	1073	1.2. LIMITAÇÕES EXTRÍNSECAS E IN-TRÍNSECAS.....	1080
2. DOS EFEITOS DA FIANÇA	1074	2. CONCEITO CONTEMPORÂNEO DO DIREITO DE PROPRIEDADE	1080
3. DA EXTINÇÃO DA FIANÇA	1074	2.1. ESTRUTURA TRÍPLICE DO DIREITO DE PROPRIEDADE.....	1080
+ CAPÍTULO 17 – DO CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA DE GARANTIAS.....	1074	2.2. PREVISÕES LEGISLATIVAS DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.....	1080
+ CAPÍTULO 18 – PROMESSA DE RECOMPENSA	1075	3. ATRIBUTOS DO DIREITO DE PROPRIEDADE.....	1080
+ CAPÍTULO 19 – GESTÃO DE NEGÓCIOS.....	1075	3.1. FACULDADE DE USAR A COISA.....	1080
+ CAPÍTULO 20 – PAGAMENTO INDEVIDO.....	1076	3.2. FACULDADE DE GOZAR E FRUIR DA COISA.....	1080
+ CAPÍTULO 21 – ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.....	1076	3.3. FACULDADE DE DISPOR DA COISA	1080
+ CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO AOS DIREITOS REAIS	1077	3.4. DIREITO DE REIVINDICAR A COISA	1080
1. CONCEITO DE DIREITO REAL.....	1077	4. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PROPRIEDADE ..	1081
2. REGRAMENTO LEGAL.....	1077	4.1. DIREITO ABSOLUTO	1081
3. CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS REAIS.....	1077	4.2. DIREITO PLENO E EXCLUSIVO.....	1081
4. DETALHAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS	1077	4.3. DIREITO PERPÉTUO.....	1081
4.1. Oponibilidade contra todos	1077	4.4. DIREITO ELÁSTICO.....	1081
4.2. Aderência, ambulatoriedade e sequela	1078	5. DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL INVERTIDA OU NO INTERESSE PRIVADO	1081
4.3. PUBLICIDADE	1078		
		+ CAPÍTULO 4: USUCAPIÃO	1081
		1. INTRODUÇÃO.....	1081
		1.1. NATUREZA JURÍDICA	1081
		1.2. FUNDAMENTO DA USUCAPIÃO	1081
		1.3. CONCEITO DE USUCAPIÃO	1081
		2. REQUISITOS GENÉRICOS DA USUCAPIÃO	1081
		3. MODALIDADES DE USUCAPIÃO.....	1082
		3.1. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA.....	1082

3.2. USUCAPIÃO ORDINÁRIO	1082	+ CAPÍTULO 8: DIREITOS REAIS SOBRE COISA ALHEIA	1085
3.3. USUCAPIÃO TABULAR (CONVALESCENÇA REGISTRAL)	1082	1. INTRODUÇÃO	1085
3.4. USUCAPIÃO ESPECIAL URBANA (PRO MORADIA)	1082	2. CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS REAIS SOBRE COISA ALHEIA	1085
3.5. USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL (PRO LABORE)	1082	2.1. DIREITOS REAIS DE USO E FRUIÇÃO	1085
3.6. USUCAPIÃO POR ABANDONO DE LAR (PRO-FAMÍLIA OU CONJUGAL)	1082	2.2. DIREITOS REAIS DE AQUISIÇÃO	1085
		2.3. DIREITOS REAIS DE GARANTIA	1085
+ CAPÍTULO 6: DIREITOS REAIS DE VIZINHANÇA	1082	3. DIREITOS REAIS DE USO E FRUIÇÃO	1086
1. CONCEITO	1082	3.1. SUPERFÍCIE	1086
1.1. FINALIDADE	1083	3.2. SERVIDÃO	1086
1.2. NATUREZA JURÍDICA	1083	3.3. USUFRUTO	1086
1.3. PROPRIEDADE VIZINHA	1083	3.4. USO	1086
2. USO ANORMAL DA PROPRIEDADE	1083	3.5. HABITAÇÃO	1086
2.1. DIREITO DE FAZER CESSAR INTERFERÊNCIAS	1083	3.6. DIREITO DE LAJE	1086
2.2. CRITÉRIOS AFERIDORES DO USO ANORMAL DA PROPRIEDADE	1083	3.7. CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA	1086
3. ÁRVORES LIMÍTROFES	1083	3.8. CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO	1086
3.1. CONDOMÍNIO	1083	4. DIREITOS REAIS DE AQUISIÇÃO	1086
3.2. PROPRIEDADE EXCLUSIVA	1083	4.1. DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR	1086
4. PASSAGEM FORÇADA	1083	4.2. DIREITO DO DEVEDOR FIDUCIANTE	1086
4.1. CONCEITO	1083		
4.2. FUNDAMENTO	1083	+ CAPÍTULO 9: DIREITOS REAIS DE GARANTIA	1086
4.3. ALARGAMENTO DO CONCEITO DE IMÓVEL ENCRAVADO	1083	1. INTRODUÇÃO	1086
+ CAPÍTULO 7: CONDOMÍNIO	1084	1.1. HISTÓRICO	1086
1. CONCEITO DE CONDOMÍNIO	1084	1.2. GARANTIAS PESSOAIS E REAIS	1087
2. ESPÉCIES DE CONDOMÍNIO DO CÓDIGO CIVIL	1084	2. CONCEITO DE DIREITO REAL DE GARANTIA	1087
2.1. CONDOMÍNIO TRADICIONAL (OU GERAL OU COMUM)	1084	2.1. TIPOS DE DIREITOS REAIS DE GARANTIA	1087
2.2. CONDOMÍNIO EDILÍCIO	1084	3. EFEITOS JURÍDICOS DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA	1087
2.2.1. CARACTERÍSTICAS DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO	1084	3.1. ADERÊNCIA, SEQUELA E AMBULATORIEDADE	1087
2.3. CONDOMÍNIO EM LOTES	1084	4. EFEITOS JURÍDICOS DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA	1087
2.4. CONDOMÍNIO EM MULTIPROPRIEDADE	1084	4.1. ADERÊNCIA, SEQUELA E AMBULATORIEDADE	1087
3. NATUREZA JURÍDICA DO CONDOMÍNIO	1084	5. PREFERÊNCIA	1087
4. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO	1084	6. DIREITOS REAIS DE GARANTIA ESPECÍFICOS	1088
4.1. ATO DE CRIAÇÃO OU ATO DE INSTITUIÇÃO	1084	6.1. PENHOR	1088
4.2. CONVENÇÃO DO CONDOMÍNIO	1085	6.2. HIPOTECA	1088
4.3. REGIMENTO INTERNO	1085	6.3. ANTICRESE	1088
5. CONDOMÍNIO RESIDENCIAL E AIRBNB	1085	6.4. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA	1088
		+ CAPÍTULO 1: NOÇÕES GERAIS DE RESPONSABILIDADE CIVIL	1088

1. INTRODUÇÃO.....	1088	1.1. DISTINÇÃO ENTRE PERDA DE UMA CHANCE E LUCRO CESSANTE	1095
2. TIPOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL.....	1089	2. CARACTERÍSTICAS DA PERDA DE UMA CHANCE.....	1095
2.1. RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA...	1089		
2.2. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA.....	1089		
3. NATUREZAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL	1089	+ CAPÍTULO 1: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CONCEITO.....	1095
3.1. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL	1089	1. BRASIL COLONIAL	1095
3.2. RESPONSABILIDADE EXTRA-CON- TRATUAL (AQUILIANA).....	1089	2. BRASIL REPÚBLICA.....	1095
4. EXEMPLOS PRÁTICOS.....	1089	3. MITIGAÇÕES À UNICIDADE FAMILIAR E AO SISTEMA PATRIARCAL.....	1096
5. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA	1090	4. PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	1096
5.1. ABUSO DO DIREITO	1090	5. CONCEITO DE FAMÍLIA	1096
5.2. DANOS CAUSADOS POR PRODUTOS.....	1090	6. FAMÍLIA PARALELA	1096
5.3. RESPONSABILIDADE POR FATO DE TERCEIRO (FATO DE OUTREM).....	1090	+ CAPÍTULO 2: PRINCÍPIOS DO DIREITO DE FAMÍLIA.....	1096
5.4. RESPONSABILIDADE PELO FATO DA COISA OU DO ANIMAL	1090	1. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	1096
5.5. LEIS ESPECIAIS	1091	2. PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE.....	1096
5.6. CLÁUSULA GERAL DE RESPONSA- BILIDADE CIVIL OBJETIVA.....	1091	3. PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE OS FILHOS	1097
6. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO LÍCITO	1091	4. PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE CÔNJU- GES E COMPANHEIROS.....	1097
+ CAPÍTULO 2: ELEMENTOS DA RESPON- SABILIDADE CIVIL	1091	5. PRINCÍPIO DA NÃO INTERVENÇÃO	1097
1. COMPORTAMENTO HUMANO.....	1091	6. PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA.....	1097
1.1. RESPONSABILIDADE CIVIL DO IN- CAPAZ.....	1091	+ CAPÍTULO 3: FORMAÇÃO DA FAMÍLIA E CASAMENTO	1097
1.2. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ME- NOR CAPAZ (EMANCIPADOS).....	1092	1. FORMAÇÃO DA FAMÍLIA.....	1097
1.3. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ME- NOR PELO ECA	1092	2. SITUAÇÃO JURÍDICA ATUAL.....	1097
2. CULPA (LATO SENSU)	1092	3. NATUREZA JURÍDICA DO CASAMENTO.....	1097
3. NEXO DE CAUSALIDADE.....	1093	4. CAPACIDADE MATRIMONIAL.....	1097
3.1. CAUSAS EXCLUDENTES DO NEXO CAUSAL.....	1093	5. IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS.....	1098
3.2. FORTUITO INTERNO E EXTERNO	1093	6. CAUSAS SUSPENSIVAS	1098
4. DANO.....	1093	7. PROVA DO CASAMENTO.....	1098
4.1. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS	1094	+ CAPÍTULO 4: HABILITAÇÃO E CELEBRA- ÇÃO DO CASAMENTO	1098
4.2. ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI 14.905/2024.....	1094	1. HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO.....	1098
4.2.1. DISTINÇÕES ENTRE JUROS E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA...	1094	2. CASAMENTO RELIGIOSO	1099
4.2.2. RELAÇÃO ENTRE SELIC E IPCA .	1095	3. CELEBRAÇÃO.....	1099
+ CAPÍTULO 3: TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE.....	1095	4. CASAMENTO EM CASOS ESPECIAIS.....	1099
1. INTRODUÇÃO À TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE.....	1095	+ CAPÍTULO 5: EFEITOS DO CASAMENTO.....	1100
		1. EFEITOS SOCIAIS.....	1100
		2. EFEITOS PESSOAIS.....	1100
		3. DEVERES CONJUGAIS	1100
		4. EFEITOS PATRIMONIAIS.....	1101

4.1. REGIME DE BENS.....	1101	7. CASAMENTO PUTATIVO.....	1105
4.2. PACTO ANTENUPCIAL.....	1101	7.1. DEFINIÇÃO.....	1105
+		7.2. BOA-FÉ.....	1105
CAPÍTULO 6: COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.....	1101	7.3. PROTEÇÃO A TERCEIROS DE BOA-FÉ.....	1105
1. BENS QUE NÃO SE COMUNICAM.....	1101	+	
2. BENS COMUNS.....	1101	CAPÍTULO 15: UNIÃO ESTÁVEL.....	1105
+		1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	1105
CAPÍTULO 7: COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS.....	1101	2. CONCEITO DE UNIÃO ESTÁVEL.....	1105
1. JURISPRUDÊNCIA DO STJ.....	1102	3. REQUISITOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL.....	1105
+		4. UNIÃO HOMOAFETIVA.....	1106
CAPÍTULO 8: PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS.....	1102	5. APLICAÇÃO DOS IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS.....	1106
+		6. UNIÃO ESTÁVEL E CONCUBINATO.....	1106
CAPÍTULO 9: SEPARAÇÃO DE BENS (CONVENCIONAL OU ABSOLUTA).....	1102	7. PARALELISMO ENTRE CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL.....	1106
+		8. NAMORO QUALIFICADO.....	1106
CAPÍTULO 10: SEPARAÇÃO LEGAL DE BENS.....	1102	9. EFEITOS DA UNIÃO ESTÁVEL.....	1106
1. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL STF.....	1102	10. EFEITO PATRIMONIAL.....	1106
2. OUTORGA CONJUGAL NO CASAMENTO E NA UNIÃO ESTÁVEL.....	1103	11. ALIMENTOS.....	1106
+		12. ADOÇÃO POR COMPANHEIROS.....	1106
CAPÍTULO 11: SEPARAÇÃO LEGAL DE BENS E DIREITOS DOS CÔNJUGES.....	1103	13. TRATAMENTO SUCESSÓRIO.....	1106
1. SÚMULA 377 DO STF E A NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE ESFORÇO COMUM.....	1103	14. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	1106
2. APLICAÇÃO DO REGIME DE SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA NA UNIÃO ESTÁVEL.....	1103	15. ASPECTOS PROCESSUAIS.....	1106
+		16. DIREITO REAL DE HABITAÇÃO.....	1106
CAPÍTULO 12: MUTABILIDADE DOS REGIMES DE BENS.....	1103	+	
1. ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS.....	1103	CAPÍTULO 16 – ALIMENTOS.....	1107
+		1. CARACTERÍSTICAS DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR.....	1107
CAPÍTULO 13: CAUSAS IMPEDITIVAS E SUSPENSIVAS DO CASAMENTO.....	1103	2. CLASSIFICAÇÃO DOS ALIMENTOS.....	1107
1. IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS.....	1103	2.1. QUANTO À ORIGEM.....	1107
2. CAUSAS SUSPENSIVAS.....	1104	2.2. QUANTO À NATUREZA.....	1107
+		2.3. QUANTO AO TEMPO.....	1107
CAPÍTULO 14: NULIDADE E ANULABILIDADE DO CASAMENTO.....	1104	2.4. QUANTO À FORMA DE PAGAMENTO.....	1107
1. CASAMENTO NULO.....	1104	2.5. QUANTO AO MOMENTO PROCESSUAL PARA SUA CONCESSÃO.....	1107
2. CASAMENTO ANULÁVEL.....	1104	3. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR: LEGITIMIDADE, REQUISITOS E DINÂMICA LEGAL.....	1108
3. QUESTÃO SOBRE CASAMENTO INFANTIL.....	1104	4. ENUNCIADOS DAS JORNADAS DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL.....	1108
4. ANULAÇÃO DO CASAMENTO POR VÍCIO DA VONTADE.....	1104	+	
5. LEGITIMIDADE PARA AÇÕES DE INVALIDADE.....	1104	CAPÍTULO 17: RELAÇÕES DE PARENTESCO.....	1109
6. PRAZO PARA AÇÕES DE ANULAÇÃO DO CASAMENTO.....	1105	1. CONCEITO, MODALIDADES E DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1.591 A 1.595 DO CC).....	1109
		2. FILIAÇÃO (ARTS. 1.596 A 1.606 DO CC).....	1110
		2.1. DEFINIÇÃO DE FILIAÇÃO.....	1110
		2.2. PRESUNÇÕES DE PATERNIDADE.....	1110

+ CAPÍTULO 18: TUTELA E CURATELA	1110	+ CAPÍTULO 3: SUCESSÃO LEGÍTIMA –	1115
1. NOÇÕES GERAIS.....	1110	ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA.....	1115
2. TUTELA.....	1110	1. CLASSE DOS DESCENDENTES	1115
2.1. OBJETIVO DA TUTELA	1110	1.1. FILHOS DO FALECIDO.....	1115
2.2. FORMAS DE TUTELA	1110	1.2. DEMAIS DESCENDENTES.....	1115
2.3. INCAPACIDADE E ESCUSA.....	1110	2. CLASSE DOS ASCENDENTES	1115
2.4. DEVERES E DIREITOS DO TUTOR	1111	2.1. ORDEM DE SUCESSÃO DOS ASCEN-	1115
2.5. RESPONSABILIDADE DO TUTOR E	1111	DENTES	1115
DO JUIZ	1111	3. CÔNJUGE/COMPANHEIRO	1115
2.6. PRESTAÇÃO DE CONTAS	1111	3.1. REQUISITO DO CASAMENTO	1115
2.7. EXTINÇÃO DA TUTELA.....	1111	3.2. SUCESSÃO DO CÔNJUGE NOS DI-	1115
3. CURATELA	1111	VERSOS REGIMES DE BENS	1115
3.1. DEFINIÇÃO E OBJETIVO	1111	3.3. DIREITO REAL DE HABITAÇÃO DO	1116
3.2. CATEGORIAS DE INCAPACIDADE	1111	CÔNJUGE/COMPANHEIRO.....	1116
3.3. MUDANÇAS LEGAIS.....	1111	3.4. CÔNJUGE OU COMPANHEIRO CON-	1116
3.4. PROCEDIMENTO JUDICIAL	1111	CORRENDO COM DESCENDENTES.....	1116
3.5. REMOÇÃO E EXONERAÇÃO DO	1111	3.5. CÔNJUGE OU COMPANHEIRO CON-	1116
CURADOR	1111	CORRENDO COM ASCENDENTES.....	1116
		3.5.1. PARTILHA DA HERANÇA	1116
+ CAPÍTULO 19: DA TOMADA DE DECI-	1111	4. CLASSE DOS COLATERAIS	1117
SÃO APOIADA (ART. 1783-A E SEUS PA-		4.1. ORDEM DE CONVOCAÇÃO DOS CO-	1117
RÁGRAFOS)	1111	LATERAIS	1117
1. NOÇÃO.....	1111	+ CAPÍTULO 4: EXCLUSÃO DA HERANÇA.....	1117
2. PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO	1112	1. INDIGNIDADE.....	1117
APOIADA.....	1112	2. DESERDAÇÃO.....	1118
3. EFEITOS.....	1112	+ CAPÍTULO 5: SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA. 1118	
+ CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO AO DIREITO	1112	1. TESTAMENTO.....	1118
DAS SUCESSÕES.	1112	1.1. CARACTERÍSTICAS DO TESTAMENTO.....	1118
1. NOÇÕES GERAIS.....	1112	1.2. CAPACIDADE PARA TESTAR.....	1118
2. FORMAS DE SUCESSÃO	1112	1.2.1. MENORES DE 18 E MAIO-	1118
3. MOMENTO DA TRANSMISSÃO	1112	RES DE 16 ANOS.....	1118
4. NORMAS DE DIREITO INTERTEMPORAL.....	1113	1.2.2. PRÓDIGOS	1118
5. LOCAL DA ABERTURA DA SUCESSÃO	1113	2. DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS – RESPEI-	1119
6. SUCESSÃO DE ESTRANGEIROS E BENS NO	1113	TO À LEGÍTIMA.....	1119
EXTERIOR	1113	2.1. ASPECTO QUANTITATIVO	1119
7. ESPÉCIES DE SUCESSÃO	1113	2.2. ASPECTOS QUALITATIVOS – NO-	1119
8. SUCESSÃO ANÔMALA	1113	MEÇÃO DOS HERDEIROS.....	1119
9. ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA	1113	2.2.1. VOCAÇÃO HEREDITÁRIA.....	1119
+ CAPÍTULO 2: ACEITAÇÃO E RENÚNCIA	1114	2.2.2. LEGITIMAÇÃO	1120
1. ACEITAÇÃO.....	1114	3. FORMAS DE NOMEAÇÃO DO HERDEIRO	1120
2. NATUREZA JURÍDICA DA ACEITAÇÃO	1114	OU LEGATÁRIO.....	1120
3. RENÚNCIA.....	1114	3.1. NOMEAÇÃO PURA E SIMPLES	1120
4. EXEMPLO PRÁTICO.....	1114	3.2. NOMEAÇÃO SOB CONDIÇÃO	1120
5. RESTRIÇÕES LEGAIS AO DIREITO DE RE-	1114	3.3. NOMEAÇÃO PARA CERTO FIM OU	1120
NUNCIAR.....	1114	MODO.....	1120
6. EFEITOS DA RENÚNCIA	1114	3.4. NOMEAÇÃO POR CERTO MOTIVO	1120
7. INEFICÁCIA E INVALIDADE DA RENÚNCIA	1115	3.5. NOMEAÇÃO REMUNERATÓRIA.....	1120

3.6. NOMEAÇÃO CONTUMELIOSA	1121	+ DICAS	1199
+ CAPÍTULO 6: SUBSTITUIÇÃO TESTAMENTÁRIA	1121	1. TEORIA DA EMPRESA	1199
1. NOÇÃO GERAL	1121	1.1. ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA	1199
2. FORMAS DE SUBSTITUIÇÃO	1121	1.1.1. FASE DAS CORPORAÇÕES DE OFÍCIO	1199
2.1. HIPÓTESE BASTANTE RESTRITA	1121	1.1.2. FASE DA TEORIA DOS ATOS DE COMÉRCIO	1199
3. PROPRIEDADE RESOLÚVEL	1121	1.1.3. FASE DA TEORIA DA EMPRESA	1199
4. ITCMD	1121	1.2. FONTES	1199
5. RATEIO	1121	1.3. CARACTERÍSTICAS	1200
6. DIREITO DE ACRESCECER	1122	1.4. EMPRESÁRIO X EMPRESA	1200
6.1. REQUISITOS	1122	1.5. TEORIA DA EMPRESA E SEUS PERFIS	1200
+ CAPÍTULO 7 – REVOGAÇÃO DO TESTAMENTO	1122	1.6. EMPRESÁRIO INDIVIDUAL	1200
1. HIPÓTESES EM QUE A REVOGAÇÃO NÃO TERÁ EFICÁCIA – ART. 1.971 DO CC	1122	1.6.1. CARACTERIZAÇÃO	1200
2. HIPÓTESES EM QUE A REVOGAÇÃO NÃO TERÁ EFICÁCIA – ART. 1.971 <i>IN FINE</i> DO CC	1122	1.6.2. RESPONSABILIDADE E PATRIMÔNIO	1200
3. QUANTO À EXTENSÃO	1122	1.6.3. INSCRIÇÃO	1201
4. REVOGAÇÃO PRESUMIDA	1122	1.6.4. NOME EMPRESARIAL	1201
+ CAPÍTULO 8: ROMPIMENTO DO TESTAMENTO	1122	1.6.5. REGISTRO	1201
+ CAPÍTULO 9: INVALIDADE DO TESTAMENTO	1123	1.6.6. CAPACIDADE	1202
1. CAUSAS DE NULIDADE DO TESTAMENTO – ART. 1.662 DO CC	1123	1.6.7. IMPEDIMENTO	1203
2. CAUSAS DE ANULABILIDADE DO TESTAMENTO – ART. 1.909 DO CC	1123	1.7. PROFISSIONAL INTELECTUAL	1203
+ CAPÍTULO 10: HERANÇA JACENTE	1123	1.8. EMPRESÁRIO RURAL	1204
1. HERDEIROS RETARDATÁRIOS	1123	1.9. EMPRESÁRIO INDIVIDUAL CASADO	1205
2. NATUREZA JURÍDICA DA SENTENÇA QUE DECLARA A VACÂNCIA	1124	2. TEORIA GERAL DO DIREITO SOCIETÁRIO	1205
DIREITO EMPRESARIAL	1125	2.1. CONCEITO DE SOCIEDADE	1205
Camila Lapolli		2.1.1. PLURALIDADE DE SÓCIOS – DOIS OU MAIS SÓCIOS	1205
+ QUESTÕES	1125	2.1.2. CONTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS	1205
1. TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL	1125	2.1.3. PARTILHA DOS RESULTADOS	1205
2. DIREITO SOCIETÁRIO	1132	2.1.4. <i>AFFECTIO SOCIETATIS</i> (IMPLÍCITO)	1206
3. PROPRIEDADE INDUSTRIAL	1149	2.2. PERSONALIZAÇÃO DA SOCIEDADE	1206
4. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL	1154	2.3. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	1206
5. TÍTULOS DE CRÉDITO	1183	2.3.1. TEORIAS	1207
6. CONTRATOS EMPRESARIAIS	1191	2.3.2. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	1209
7. OUTROS TEMAS DE DIREITO EMPRESARIAL	1194	2.4. CLASSIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES	1210
		2.4.1. QUANTO À NATUREZA DAS SOCIEDADES: SIMPLES OU EMPRESÁRIAS	1210
		2.4.2. QUANTO AO TIPO SOCIETÁRIO	1210
		2.4.3. QUANTO À PERSONALIDADE JURÍDICA	1210
		2.4.4. QUANTO AO ATO CONSTITUTIVO	1210

2.4.5.	QUANTO AO VÍNCULO.....	1211	4.3.1.	SAQUE.....	1249
2.4.6.	QUANTO À RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS.....	1211	4.3.2.	ACEITE.....	1249
2.4.7.	QUANTO À NACIONALIDADE...	1211	4.3.3.	AVAL.....	1250
2.5.	SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS	1211	4.3.4.	ENDOSSO.....	1252
2.5.1.	SOCIEDADE COMUM.....	1211	4.4.	PROTESTO.....	1254
2.5.2.	SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO.....	1212	4.5.	AÇÕES CAMBIAIS.....	1256
2.6.	SOCIEDADES PERSONIFICADAS.....	1213	5.	CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	1257
2.6.1.	SOCIEDADE SIMPLES.....	1213	5.1.	INTERVENÇÃO MÍNIMA.....	1257
2.6.2.	SOCIEDADE EM NOME COLETIVO.....	1218	5.2.	COMPRA E VENDA MERCANTIL.....	1257
2.6.3.	SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES.....	1219	5.3.	COMISSÃO.....	1258
2.6.4.	SOCIEDADE LIMITADA.....	1219	5.4.	FATURIZAÇÃO (FACTORING).....	1259
2.6.5.	SOCIEDADE ANÔNIMA.....	1227	6.	NOÇÕES GERAIS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	1259
2.7.	SOCIEDADE EM COMANDITA POR AÇÕES.....	1241	6.1.	APLICAÇÃO E EXCLUÍDOS DA LEI 11.101/05.....	1259
2.8.	SOCIEDADE COOPERADA.....	1242	6.2.	JUÍZO COMPETENTE.....	1260
2.9.	SOCIEDADES COLIGADAS.....	1242	6.3.	ÓRGÃOS AUXILIARES DO JUÍZO.....	1260
2.10.	SUBSIDIÁRIA INTEGRAL.....	1243	6.3.1.	ADMINISTRADOR JUDICIAL.....	1260
2.11.	GRUPO SOCIETÁRIO E CONSÓRCIO.....	1243	6.3.2.	COMITÊ DE CREDORES.....	1261
2.12.	MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR N. 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES).....	1243	6.3.3.	ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES.....	1261
2.13.	SOCIEDADES DEPENDENTES DE AUTORIZAÇÃO.....	1244	6.4.	RECUPERAÇÃO JUDICIAL ORDINÁRIA...	1263
3.	ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL.....	1245	6.4.1.	DECISÃO DE DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	1264
4.	TEORIA GERAL DOS TÍTULOS DE CRÉDITOS	1247	6.4.2.	CRONOGRAMA DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	1266
4.1.	CLASSIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO.....	1247	6.4.3.	FASE EXECUTIVA DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	1267
4.1.1.	QUANTO À ESTRUTURA.....	1247	6.5.	RECUPERAÇÃO JUDICIAL ESPECIAL.....	1268
4.1.2.	QUANTO À FORMA DE CIRCULAÇÃO.....	1247	6.6.	RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	1269
4.1.3.	QUANTO À HIPÓTESE DE EMISSÃO.....	1248	7.	FALÊNCIA.....	1270
4.1.4.	QUANTO AO MODELO.....	1248	7.1.	CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA.....	1270
4.2.	PRINCÍPIOS GERAIS DOS TÍTULOS DE CRÉDITO: CARTULARIDADE, LITERALIDADE, AUTONOMIA E ABSTRAÇÃO.....	1248	7.2.	UNIDADE, UNIVERSALIDADE E INDIVISIBILIDADE DO JUÍZO CONCURSAL....	1270
4.2.1.	PRINCÍPIO DA CARTULARIDADE (INCORPORAÇÃO).....	1248	7.3.	PRESSUPOSTOS, ÓRGÃOS, CARACTERIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA FALÊNCIA.....	1270
4.2.2.	PRINCÍPIO DA LITERALIDADE...	1248	7.4.	INABILITAÇÃO DO FALIDO.....	1273
4.2.3.	PRINCÍPIO DO FORMALISMO ...	1248	7.5.	PEDIDO DE RESTITUIÇÃO.....	1273
4.2.4.	PRINCÍPIO DA AUTONOMIA.....	1248	7.6.	INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO DOS ATOS..	1274
4.3.	DECLARAÇÕES CAMBIAIS: SAQUE, ACEITE, AVAL, ENDOSSO.....	1249	7.7.	REALIZAÇÃO DO ATIVO.....	1275
			7.8.	CLASSIFICAÇÃO E PAGAMENTOS DOS CREDORES.....	1275

7.9. ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO	1276	ME. LIMITES DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	1290
8. NOÇÕES GERAIS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E PROPRIEDADE INDUSTRIAL	1277	4. TEORIA GERAL DO CRIME. CONCEITO, OBJETO, SUJEITOS, CONDUTA. CRIMES DE DANO E DE PERIGO. CRIMES MATERIAIS, FORMAIS E DE MERA CONDUTA	1292
8.1. PROPRIEDADE INDUSTRIAL	1277	5. TIPICIDADE OBJETIVA. AÇÃO, RESULTADO E RELAÇÃO DE CAUSALIDADE. TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA. DA RELEVÂNCIA PENAL DA OMISSÃO	1294
8.2. INVENÇÃO E MODELO DE UTILIDADE....	1278	6. TIPICIDADE SUBJETIVA. CRIME DOLOSO E CRIME CULPOSO. ERRO SOBRE ELEMENTOS DO TIPO. CRIME AGRAVADO PELO RESULTADO E CRIME PRETERDOLOSO	1296
8.2.1. REQUISITOS PARA CESSÃO DA PATENTE	1278	7. <i>ITER CRIMINIS</i> . CONSUMAÇÃO E TENTATIVA. CRIME IMPOSSÍVEL. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ. ARREPENDIMENTO POSTERIOR.....	1299
8.2.2. DA CESSÃO E LICENÇA DA PATENTE DE INVENÇÃO E MODELO DE UTILIDADE	1278	8. ANTIJURIDICIDADE. LEGÍTIMA DEFESA E DO EXCESSO. ESTADO DE NECESSIDADE. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO	1302
8.2.3. EXTINÇÃO E NULIDADE DA PATENTE DE INVENÇÃO E MODELO DE UTILIDADE	1279	9. CULPABILIDADE. FUNDAMENTOS; CONCEITO; ELEMENTOS E CONTEÚDO. CULPABILIDADE E PENA. CAUSAS DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE. ERRO DE PROIBIÇÃO. DESCRIMINANTES PUTATIVAS	1303
8.3. DESENHO INDUSTRIAL.....	1279	10. IMPUTABILIDADE PENAL. INIMPUTÁVEIS E SEMI-IMPUTÁVEIS. MENORIDADE PENAL. EMOÇÃO E PAIXÃO. EMBRIAGUEZ.....	1305
8.3.1. REQUISITOS PARA CESSÃO DO REGISTRO DO DESENHO INDUSTRIAL	1279	11. CONCURSO DE AGENTES. AUTORIA E DA PARTICIPAÇÃO. TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO	1306
8.4. MARCA	1280	12. DAS PENAS. TEORIA DA PENA. COMINAÇÃO E APLICAÇÃO DAS PENAS E DOS SUBSTITUTIVOS PENAIIS. CONCURSO DE CRIMES E CRIME CONTINUADO. CONCURSO APARENTE DE NORMAS. ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO.....	1308
8.4.1. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS ÀS MARCAS	1281	13. DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO. DO CONFISCO ALARGADO DE BENS.....	1322
8.5. DIREITO AUTORAL.....	1283	14. DA REABILITAÇÃO	1323
9. MUDANÇAS TRAZIDAS PELA LEI N. 14.195/2021	1285	15. DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	1324
9.1. CRIAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS	1285	16. DA AÇÃO PENAL. TIPOS DE AÇÃO PENAL. TITULARIDADE E LEGITIMIDADE. ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO.....	1324
9.2. CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL E EXTINÇÃO DA EIRELI.....	1285	17. DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	1324
DIREITO PENAL.....	1287	18. DIREITO PENAL ECONÔMICO. BEM JURÍDICO SUPRAINDIVIDUAL. RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS	1328
Michael Procopio Avelar		19. A APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR. CÓDIGO PENAL MILITAR (ART. 9º).....	1330
+ QUESTÕES	1287	20. TRATADOS E CONVENÇÕES EM MATÉRIA CRIMINAL. A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES	
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, FINALIDADE E PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PENAL. (DES)CRIMINALIZAÇÃO E (DES)PENALIZAÇÃO. DIREITO PENAL E POLÍTICA CRIMINAL. DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA. DIREITO PENAL E OUTROS RAMOS DO DIREITO	1287		
2. A CONSTITUIÇÃO PENAL. PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INFLUENTES EM MATÉRIA PENAL. NORMAS PENAIIS CONSTITUCIONALIZADAS. MANDAMENTOS DE PENALIZAÇÃO	1288		
3. A NORMA PENAL. CARACTERÍSTICAS, FONTES, INTERPRETAÇÃO, VIGÊNCIA E APLICAÇÃO. LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO; DO TEMPO E DO LUGAR DO CRI-			

UNIDAS CONTRA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS. A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL. A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO.....	1331	8. ANTIJURIDICIDADE. LEGÍTIMA DEFESA E DO EXCESSO. ESTADO DE NECESSIDADE. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO	1359
21. DOS CRIMES EM ESPÉCIE. DOS CRIMES PREVISTOS NA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL: DOS CRIMES CONTRA A PESSOA; DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO; DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO; DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL; DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA; DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. CRIMES PREVISTOS NAS LEIS NS. 7.716/89, 12.288/2010 E 13.869/ 2019	1332	9. CULPABILIDADE. FUNDAMENTOS; CONCEITO; ELEMENTOS E CONTEÚDO. CULPABILIDADE E PENA. CAUSAS DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE. ERRO DE PROIBIÇÃO. DESCRIMINANTES PUTATIVAS	1360
✦ DICAS	1351	10. IMPUTABILIDADE PENAL. INIMPUTÁVEIS E SEMI-IMPUTÁVEIS. MENORIDADE PENAL. EMOÇÃO E PAIXÃO. EMBRIAGUEZ.....	1361
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, FINALIDADE E PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PENAL. (DES)CRIMINALIZAÇÃO E (DES)PENALIZAÇÃO. DIREITO PENAL E POLÍTICA CRIMINAL. DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA. DIREITO PENAL E OUTROS RAMOS DO DIREITO	1351	11. CONCURSO DE AGENTES. AUTORIA E DA PARTICIPAÇÃO. TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO	1362
2. A CONSTITUIÇÃO PENAL. PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INFLUENTES EM MATÉRIA PENAL. NORMAS PENAIS CONSTITUCIONALIZADAS. MANDAMENTOS DE PENALIZAÇÃO	1353	12. DAS PENAS. TEORIA DA PENA. COMINAÇÃO E APLICAÇÃO DAS PENAS E DOS SUBSTITUTIVOS PENAIIS. CONCURSO DE CRIMES E CRIME CONTINUADO. CONCURSO APARENTE DE NORMAS. ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO	1363
3. A NORMA PENAL. CARACTERÍSTICAS, FONTES, INTERPRETAÇÃO, VIGÊNCIA E APLICAÇÃO. LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO; DO TEMPO E DO LUGAR DO CRIME. LIMITES DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	1354	13. DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO. DO CONFISCO ALARGADO DE BENS.....	1367
4. TEORIA GERAL DO CRIME. CONCEITO, OBJETO, SUJEITOS, CONDUTA. CRIMES DE DANO E DE PERIGO. CRIMES MATERIAIS, FORMAIS E DE MERA CONDUTA.....	1355	14. DA REABILITAÇÃO	1368
5. TIPICIDADE OBJETIVA. AÇÃO, RESULTADO E RELAÇÃO DE CAUSALIDADE. TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA. DA RELEVÂNCIA PENAL DA OMISSÃO	1356	15. DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	1368
6. TIPICIDADE SUBJETIVA. CRIME DOLOSO E CRIME CULPOSO. ERRO SOBRE ELEMENTOS DO TIPO. CRIME AGRAVADO PELO RESULTADO E CRIME PRETERDOLOSO	1357	16. DA AÇÃO PENAL. TIPOS DE AÇÃO PENAL. TITULARIDADE E LEGITIMIDADE. ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO	1369
7. <i>ITER CRIMINIS</i> . CONSUMAÇÃO E TENTATIVA. CRIME IMPOSSÍVEL. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ. ARREPENDIMENTO POSTERIOR.....	1358	17. DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	1370
		18. DIREITO PENAL ECONÔMICO. BEM JURÍDICO SUPRAINDIVIDUAL. RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS.....	1374
		19. A APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR. CÓDIGO PENAL MILITAR (ART. 9º).....	1375
		20. TRATADOS E CONVENÇÕES EM MATÉRIA CRIMINAL. A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS. A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL. A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO.....	1376
		21. DOS CRIMES EM ESPÉCIE. DOS CRIMES PREVISTOS NA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL: DOS CRIMES CONTRA A PESSOA; DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO; DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO; DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL; DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA; DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. CRIMES PREVISTOS NAS LEIS NS. 7.716/89, 12.288/2010 E 13.869/2019	1376